

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MESTRADO PROFISSIONAL ESTUDOS
CULTURAIS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

PAULENE ALMEIDA RODRIGUES

**SABERES E FAZERES DE MULHERES DO QUILOMBO ALTO SANTANA NA
CIDADE DE GOIÁS: Patrimônio Cultural Imaterial**

GOIÁS – GO
2024

PAULENE ALMEIDA RODRIGUES

**SABERES E FAZERES DE MULHERES DO QUILOMBO ALTO SANTANA NA
CIDADE DE GOIÁS: Patrimônio Cultural Imaterial**

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio Torres Cunha.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo

Paulene Almeida Rodrigues

Email: paulene.rodrigues@gmail.com

Dados do trabalho

TÍTULO

T
**SABERES E FAZERES DE MULHERES DO QUILOMBO ALTO SANTANA NA
CIDADE DE GOIÁS: Patrimônio Cultural Imaterial**

Tipo:

Tese Dissertação

Curso/Programa Programa de Pós-graduação em Mestrado profissional estudos Culturais ,Memória e Patrimônio

Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás ,04 de fevereiro de 2024

Assinatura autor(a)

Assinatura do orientador(a)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

- R696s Rodrigues, Paulene Almeida.
Saberes e fazeres de mulheres do Quilombo Alto Santana na Cidade de Goiás : patrimônio cultural imaterial [manuscrito] / Paulene Almeida Rodrigues. – Goiás, GO, 2024.
105f. ; il.
- Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Cunha Torres.
Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2024.
1. Patrimônio cultural - Goiás, GO. 1.1. Saberes e fazeres.
1.2. Mulheres quilombolas. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.
- CDU: 719:316.75 (817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de Exame de Defesa como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 28 de novembro de 2024, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof. Dr. Marcos Antônio Cunha Torres (PROMEP/UEG)

Orientador

Profa. Dra. Thais Alves Marinho (PUC/GOIÁS)

Membro Externo

Prof. Dr. Ricardo Oliveira Rotondano (PROMEP/UEG)

Membro Interno

Profa. Dra. Érika Moreira Macedo (UFG/GOIÁS)

Suplente Externo

Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva (PROMEP/UEG)

Suplente Interno

Goiás, 28 de novembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

É muito prazeroso poder agradecer as pessoas que passaram por mim no decorrer do mestrado, que foram dois anos intensos. Essas pessoas auxiliaram-me e me deram suporte e nada mais justo que homenageá-los(as). Meus agradecimentos, *a priori*, são dirigidos a Deus, que preparou cada caminho, que iluminou a minha escrita, que me concedeu a dádiva de realizar um sonho acalentado por muito tempo.

À minha família, que é composta, em sua maioria, por mulheres. Quero agradecer a minha avó Esperança (*in memoriam*), que ajudou a minha mãe a nos criar. Ela foi uma lavadeira de roupas que nos levava ao Rio Vermelho e lá aprendíamos o valor do trabalho humilde, além de nos contar tantas histórias e nos ensinou a fazer sempre o melhor para nós e para os outros.

A minha homenagem e meus agradecimentos se estendem à minha mãe Maria Catarina, uma mulher de fibra e de pouco estudo, mas com o conhecimento tão grandioso. Ela entende de geografia, de história e de literatura. No período do mestrado, ela entendeu que eu precisava de silêncio para realizar as leituras para desenvolver a escrita. Ah, já ia me esquecendo: ela entende mais ainda de amor e nos ensinou o valor do trabalho digno quando saía às ruas carregando as trouxas de roupas para entregá-las e receber o seu pagamento e nos agraciar com um doce ou uma bala. Com esse ofício, ela nos sustentava e nos ensinou a trilhar caminhos que nos levaram ao amor, ao seu grande amor por nós.

Não poderia deixar de agradecer às mulheres quilombolas que abdicaram do seu tempo para narrar suas histórias. Em cada narrativa, eu encontrei um brilho, um orgulho pelos seus ancestrais e amor à vida. São elas: Dona Delice, Dona Chica, Sinatra, Aquilla Cristina, Romilda Mendes, Romilda Ferreira, Domingas, Claudiane, Ana Paula, Maria de Lourdes, Elaine Rose, Cleonice Maria, Lindomar, Irene, Celene, Karine, Belkis, Wyli, Roselane e Eloisa.

Dedico, ainda, homenagens aos professores do mestrado, em especial ao meu orientador Marcos Torres, por me tranquilizar nas horas difíceis, e aos colegas de curso que embarcaram na onda do conhecimento que o mestrado nos proporciona.

Ao meu companheiro Liomar Matos, que sofreu todas as vezes que eu fiquei estressada que abdicou de seus passeios para ficar ao meu lado para me trazer um lanche e uma água em todo o meu reconhecimento.

Oferto em especial a minha amada filha Fernanda Rodrigues de Oliveira (*in memoriam*) que faleceu uma semana antes da data agendada para a defesa marcada para junho de 2024. Fernanda minha primeira filha, meu primeiro amor, acompanhou minha trajetória

acadêmica, me ajudou ,me deu força e coragem era minha inspiração diária, filha esse diploma oferto a você,que estava em busca do seu diploma de mestrado e infelizmente teve a vida ceifada em um acidente de trânsito, minha menina, ,filha querida receba todo o meu amor em forma de gratidão pelos 32 anos que estive ao meu lado,te amarei daqui até a eternidade. Ao meu genro Adriano Kennen de Barros Junior (in memorian) que sempre estive ao seu lado quando os meus olhos não estavam sobre você, Deus em sua infinta misericordia permitiu que fizessem a grande viagem juntos, meus dois amores.

Ao meu filho Murillo Gabriel, que também me inspira na conquista dos meus sonhos e ideais. Ao maior presente que ganhei durante o mestrado o meu neto Vitor: toda as minhas vitórias são frutos do amor imenso que Deus tem por mim e pelos meus.

Quando a mulher negra se
movimenta, toda a
estrutura da sociedade se
movimenta com ela
Ângela Davis

RESUMO

Este relatório técnico foi desenvolvido na linha de pesquisa Cultura, Preservação e Patrimônio do PROMEP, cujo bojo se trata de um estudo acerca das mulheres detentoras dos saberes da comunidade quilombola do Alto Santana, localizado em área urbana na cidade de Goiás. O objetivo desse estudo é compreender, a partir da perspectiva do patrimônio cultural imaterial ligado às mulheres detentoras dos saberes, o uso terapêutico das plantas para tratamento de algumas doenças, bem como a elaboração dos objetos de cerâmicas e aos saberes relativos ofício das lavadeiras de roupas. Apresentamos as discussões teóricas e metodológicas acerca das políticas do patrimônio cultural, que incluem os saberes e fazeres populares, e os contextos históricos das mulheres que as praticam. Utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa, a análise bibliográfica, entrevistas e caderno de campo para as anotações. A pesquisa realizada proporcionará, como produto educacional, um *e-book* que apresenta as narrativas orais e imagéticas das mulheres detentoras dos saberes e suas práticas culturais, que poderá ser utilizado como ferramenta pedagógica nas escolas municipais nas séries iniciais do ensino fundamental, tendo como público-alvo educadores que desejam incluir essa temática em suas aulas.

Palavras-chave: patrimônio; mulheres; cultura; saberes; fazeres.

ABSTRACT

This technical report was developed in PROMEP's line named Culture, Preservation and Heritage research, the core of which is a study about women who hold knowledge in the quilombola community of Alto Santana, located in an urban area in the city of Goiás. The objective of this study is to understand, from the perspective of intangible cultural heritage linked to women who hold knowledge, with the aim of investigating the knowledge arising from the therapeutic use of plants to treat some diseases, as well as the elaboration of ceramic objects and the profession of clothes washerwomen. We present theoretical and methodological discussions about cultural heritage policies, which include popular knowledge and practices, and the historical contexts of the women who practice them. We used qualitative research, bibliographic analysis, interviews and a field notebook for notes as methodology. The research carried out will provide, as an educational product, an e-book that presents the oral and visual narratives of women who hold knowledge their cultural practices, which can be used as a pedagogical tool in municipal schools, in the initial grades of elementary school, targeting educators who wish to include this topic in their classes.

Keywords: patrimony; women; culture; knowledge; doing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Imagem da Cidade de Goiás Via Satélite.....	25
Figura 02 – Imagem do bairro Alto Santana Via S�atelite.....	26
Figura 03 – Placa de entrada do quilombo	28
Figura 04 – Rua com estrutura�o asfáltica.....	30
Figura 05 – Tabela de Dados Obtidos	35
Figura 06 – Roda de conversa objetos de memória.....	39
Figura 07 – Roda de conversa celebrando a memória do quilombo	40
Figura 08 – Delice Dias e muro com expressão artsticas.....	42
Figura 09 – Mulher quilombola e os valores culturais	58
Figura 10 – Xarope de ervas.....	71
Figura 11 – Xarope de casca de bananas	71
Figura 12 – Sabonetes medicinais	72
Figura 13 – �leo de glicerina para os p�s	72
Figura 14 – Dona Chica Campos.....	75
Figura 15 – Participa�o na AgroCentro-Oeste em Goiânia, em maio de 2023	76
Figura 16 – Lavadeiras de roupas no rio vermelho	77
Figura 17 – Sebastinas Filomena de Camargo, lavadeira de roupa que ainda reside no quilombo	78
Figura 18 – Lavadeiras de roupas em 1937.....	79
Figura 19 – Sabão de cinzas considerado o sabão mais antigo do mundo	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Música Sorriso Negro	38
Tabela 2 – Relação das principais plantas utilizadas na medicina popular na elaboração de medicamento fitoterápico realizadas em parceria com as agentes comunitárias da unidade de Odilon de Camargo cidade de Goiás.....	70
Tabela 3 – CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012.....	86
Tabela 4 – Resumo, princípios e atitudes referentes ao livro <i>A cor da cultura</i>	87
Tabela 5 – Ações pedagógicas de educação patrimonial.....	88

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANFACER	Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica
AQAS	Associação Quilombola Alto Santana
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da educação e Cultura
MS	Ministério da Saúde
OCEEQ	Orientações Curriculares Para a Educação Escolar
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral a População Negra
PROMEP	Mestrado em Estudos Culturais Memória e Patrimônio
SEMJIDH	Secretaria Municipal da mulher, Juventude, Igualdade Racial e Direitos Humanos
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. QUILOMBO ALTO SANTANA: CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL	24
1.1. HISTÓRIA E FORMAÇÃO DO QUILOMBO ALTO SANTANA	28
1.2. PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO	32
1.3. IDENTIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	37
2. RAÇA E GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS DE MULHERES QUILOMBOLAS	42
2.1. A FUNDAÇÃO DE GOIÁS E O IMPACTO DAS RELAÇÕES COLONIAIS	43
2.2. O PAPEL DAS MULHERES NEGRAS NAS IRMANDADES E A RESISTÊNCIA CULTURAL	45
2.3. SEGREGAÇÃO RACIAL E A PERSISTÊNCIA DAS DESIGUALDADES	48
2.4. A ABOLIÇÃO E SEUS EFEITOS : A REINVENÇÃO DAS MULHERES NEGRAS	52
3. CARACTERIZAÇÃO DOS SABERES E FAZERES	59
3.1. SABERES E FAZERES NA MEDICINA POPULAR	66
3.2. SABERES E FAZERES RELATIVOS À CERÂMICA	73
3.3. SABERES E FAZERES DAS LAVADEIRAS DE ROUPAS	76
4. PROPOSTA DE PRODUTO	83
4.1. FORMATO DEFINIDO: EBOOK EDUCACIONAL	85
4.2. PÚBLICO-ALVO	89
4.3. O IMPACTO ESPERADO	89
4.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO	90
4.5. MANUAL DE USO	90
4.6. RODA DE CONVERSA CULTURAL: SABERES E FAZERES - PROPOSTA DE APLICAÇÃO NA REDE ESCOLAR MUNICIPAL	91
4.7. DEVOLUTIVA PARA A COMUNIDADE	91
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA.	105
APÊNDICE B – ÁRVORE GENEALÓGICA	106
ANEXO A – LEI MUNICIPAL QUE INSTITUI O FERIADO DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO MUNICÍPIO.	107

ANEXO B – LEI MUNICIPAL DE COTAS PARA CONCURSOS PÚBLICOS.....	108
ANEXO C – LEI MUNICIPAL QUE INSTITUI O DIA MUNICIPAL DA MULHER NEGRA.....	109

INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados obtidos por meio da pesquisa de mestrado intitulada “Saberes e Fazeres de Mulheres do Quilombo Alto Santana na cidade de Goiás : Patrimônio Cultural Imaterial”. As discussões foram pautadas por meio de suporte teórico-metodológico, cujo intuito é delinear diálogos com cultura quilombola no que tange às mulheres detentoras dos saberes. Esses diálogos são permeados pela cultura na arte do saber-fazer repassado por gerações que englobam utilização da cerâmica, a medicina tradicional, a utilização de plantas e o saberes das lavadeiras de roupas.

O campo de estudo da pesquisa é o Quilombo Alto Santana, localizado na Cidade de Goiás, antiga capital do Estado que fica na região central do Brasil. O município de Vila Boa surgiu no século XVIII e foi fundada pelos bandeirantes portugueses que tinham a finalidade de exploração aurífera. O seu processo histórico é permeado por vários acontecimentos, tais como a transferência da então capital vilaboense, no ano de 1932, por iniciativa do interventor de Pedro Ludovico Teixeira para a nova capital Goiânia, fato, esse, que causou um ‘esvaziamento populacional’, uma vez que as pessoas tiveram que se reinventar para a manutenção da sobrevivência. No ano de 2001, a Cidade de Goiás recebeu o título de patrimônio mundial reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Nesse paradigma, faz-se necessário acrescentar que essa pesquisa se justifica por está relacionada às mulheres quilombolas marcadas por uma sociedade escravista que, por muito tempo, utilizou-se dessa faceta para sulbaternizá-las e diminuí-las nas questões que incluem o gênero e a raça. Nosso interesse em pesquisá-las partiu da necessidade de compreensão dos aspectos que as norteiam e, também, dão visibilidade às práticas culturais.

Sendo assim, abordaremos, nessa pesquisa, a questão relacionada às mulheres como indivíduos que são protagonistas de sua história, de sua relação com o lugar de memória e na busca pela sua identidade, além da cultura repassada entre as gerações vindouras. Ainda no que diz respeito à identidade dessas mulheres quilombolas, examinaremos aspectos relacionados às questões de gênero e de raça. Será elencado, também, como se deu o processo de ocupação e de certificação do quilombo Alto Santana.

Como eixo orientador para o desenvolvimento da temática, propomos as seguintes

problemáticas : qual o papel da mulher no reconhecimento da territorialidade quilombola? As mulheres reconhecem esse espaço como lugar de memória ? Como elas constroem suas identidades? Como as narrativas das mulheres possibilitam o estudo dos saberes e fazeres no campo do patrimônio cultural? As questões raciais incorporam no cotidiano de que forma?

Para melhor elucidar as temáticas abordadas, adotamos as seguintes hipóteses : Discutir as questões dos saberes e fazeres por meio das narrativas das mulheres quilombolas; Examinar o papel que desempenharam para a certificação do quilombo; Evidenciar como a discriminação de gênero e raça demarcam historicamente os espaços ocupados por elas no meio social.

Para aprofundamento, versaremos sobre a história de vida das mulheres da comunidade remanescente de quilombo Alto Santana na cidade de Goiás, local onde essas mulheres são protagonistas, narram suas histórias, constroem suas identidades e demonstram força e resistência. Será preciso dar ênfase ao trabalho com história oral e seus desdobramentos, o que nos possibilita uma reflexão acerca da história de vida, pois as narrativas evidenciam as experiências vividas, suscita memórias que jazem esquecidas nos sujeitos pesquisados. Dessa forma, a “ história oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana” (Freitas, 2006, p.18).

Para os procedimentos metodológicos, utilizamos, *a priori*, abordagem descritiva, abordagem qualitativa e levantamento bibliográfico, tendo como espaço de pesquisa o quilombo Alto Santana cidade de Goiás. Para a coleta de dados, usamos como instrumento a entrevista semi-estruturada. Segundo Minayo (2009,s/p), as entrevistas podem fornecer dados primários, informações diretamente constituídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivência.

Os sujeitos da pesquisa são mulheres detentoras dos saberes que residem no quilombo Alto Santana. Foram feitas entrevistas com 20 mulheres negras, com idade entre 18 a 85 anos. Iniciamos as entrevistas com perguntas pertinentes à identificação, à escolarização, à profissão, ao tempo de residência na comunidade, ao tipo de descendência e ao grau de parentesco com pessoas remanescentes do quilombo. Também questionamos se elas executam alguma prática cultural que foi repassada por seus antepassados. Por meio das respostas das entrevistadas, podemos aprofundar nos elementos que derivam de aspectos da construção da memória e identidade das mulheres aliadas às perspectivas do patrimônio.

Para adentrar a campo, o Comitê de Ética exigiu o termo de anuência que foi assinado pela atual presidente e também pela vice-presidente da Associação Quilombola Alto Santana (AQAS). Os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido para a participação na pesquisa.

Para completar a coleta de dados, realizamos uma pesquisa de campo com fontes orais, que representa uma etapa importante nesse processo de pesquisa, pois pode-se adentrar no local, verificar o modo de vida dessas mulheres e perceber a cultura repassada entre as gerações.

Nesse sentido,

a história oral fornece documentação para reconstruir o passado recente, pois o contemporâneo é também história. A história oral legitima a história do presente, pois a história foi, durante muito tempo, relegada ao passado (Freitas, 2006, p. 46).

Nessa etapa, contamos, ainda, com a colaboração de duas agentes comunitárias de saúde Quilombolas residentes no Quilombo. Elas nos apresentaram as moradoras e permaneceram conosco durante as entrevistas, o que nos fez entender que os agentes comunitários de saúde são o elo de ligação entre a população e o serviços de saúde.

Foi lhes explicado os objetivos da pesquisa e foi realizado o pedido de autorização para participarem com o termo de consentimento livre esclarecido. Para realização do trabalho, foi necessário realizarmos diversas consultas aos acervos bibliográficos, leis e portarias que embasam a temática abordada. A pesquisa foi de cunho qualitativo, tendo como instrumento a entrevista semi-estruturada. Para Minayo (2007, s/p), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa bibliográfica, segundo Koche (1997), pode ser utilizada para ampliar o grau de conhecimento de uma determinada área, capacitando o investigador a compreender ou delimitar um problema de pesquisa. Para Ventura (2002, p. 79), “a pesquisa de campo deve merecer grande atenção, pois devem ser indicados os critérios de escolha da amostragem das pessoas que serão escolhidas como exemplares de certa situação -, a forma pela qual serão coletados os dados e os critérios de análise dos dados obtidos”.

Nessa perspectiva metodológica, é importante também ressaltar como a história oral faz-se presente em nossa pesquisa, por ser uma fonte para a análise e compreensão da história do bairro, por ser um instrumento investigativo constituído de entrevistas com pessoas que

viveram/vivem ou testemunharam fatos e acontecimentos, e que não possuem registros escritos. A “história oral, então é primordialmente uma arte de escuta, pois ela é gerada durante a entrevista” (Sales; Freitas, 2021, p. 10). Trata-se de um meio a mais para obter informações, já que

essa metodologia abre novas perspectivas para o entendimento do passado recente, pois amplifica vozes que não se fariam ouvir. Além de nos possibilitar o conhecimento de diferentes “versões” sobre determinada questão, os depoimentos podem apontar continuidade, descontinuidade ou mesmo contradições no discurso do depoente. (Freitas, 2006, p. 10).

Logo, é necessário ressaltar que o patrimônio cultural é imprescindível para a compreensão de nossa investigação, ao passo que ela engloba questões relativas aos saberes e fazeres, além de apoiar nas narrativas das mulheres detentoras dos saberes e pautadas nas leis constitucionais.

No que tange à lei, a constituição de 1988 tem papel relevante e imprescindível em nosso trabalho, pois permite que as práticas culturais sejam ancoradas por meio de leis e decretos que amparam as pessoas que as praticam. Podemos citar o Art. 215, da Constituição Federal, segundo o qual “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Nos demais incisos, são discorridos elementos sobre a proteção das manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Vale ressaltar que a lei dispõe sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais, defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; produção, promoção e difusão de bens culturais, democratização do acesso aos bens de cultura, valorização da diversidade étnica e regional. Todas essas questões foram incluídas pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005.

Para a Unesco (1989), a cultura tradicional popular é representada como um conjunto de criações fundamentadas nas tradições de grupos ou de indivíduos que se reconhecem e respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social.

Em seguida, ao apresentarmos a organização deste relatório, temos o registro de nossa trajetória acadêmica pautada exclusivamente em escola pública. No primeiro capítulo, abordaremos sobre a história, a ocupação e a certificação do Quilombo Alto Santana. Já no segundo capítulo, trataremos das questões de gênero e raça. No terceiro, partiremos das

questões relacionadas aos saberes e aos fazeres das mulheres Quilombolas. No item quatro, apresentamos o *e-book*.

Partindo desses pressupostos, no capítulo um, abordamos sobre a definição do conceito de quilombo urbano, alargando a concepção de quilombo para além do marco colonial, ao retratarmos o termo quilombo e suas implicações para a sociedade que, segundo Nascimento (1982), estão relacionadas ao quilombo e as características de vivência de um povo.

No capítulo dois, abordamos a questão de gênero e raça. Nesse capítulo, é imprescindível ressaltar a presença do racismo, uma vez que a discriminação racial sempre esteve presente em nossa sociedade, em especial, quando estamos abordando a população afrodescendente. Refletimos, ainda, como a cidade de Goiás se constitui e ainda se constitui a partir do trabalho de afrodiáspóricos, mediante a decadência do ouro. Além disso, vemos como a negritude foi sendo apagada da história oficial e das preferências patrimoniais ao longo do tempo.

A esse respeito, Almeida (2018) entende que os atos discriminatórios ainda perduram na contemporaneidade, uma vez que esses mesmo atos estão carregados de sutilezas para tentar camuflar esse preconceito cada vez mais escancarado em nossa sociedade. Em relação ao gênero feminino, utilizamos as autoras Selma dos Santos Dealdina (2021), Sueli Carneiro (2021), Beatriz Nascimento (2006), dentre outras. Essas estudiosas retratam as mulheres Quilombolas como símbolo de luta e resistência e pelo território e emancipação feminina.

No capítulo três, abordamos o patrimônio cultural que engloba os saberes e fazeres das mulheres, além de apresentarmos os saberes e fazeres relativos ao ofício de lavar roupa, os saberes relacionados à medicina popular e, também, os saberes referentes à arte da cerâmica.

Em seguida, expomos o *e-book* educacional com as narrativas das mulheres detentoras do saber e sugestão de atividades pedagógicas da temática abordada para educadores do ensino fundamental nas séries iniciais que, por sua vez, manifestem interesse em trabalhar com as questões que englobam a busca pela ancestralidade de seus educandos.

A Cidade de Goiás é a antiga capital do Estado. Ela é Patrimônio Mundial da Humanidade desde de 2001, uma vez que é uma cidade fundada no ciclo do ouro em 1726. Dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), conforme o último censo demográfico em 2022, registram um total de 24.071 habitantes.

Goiás é o meu lugar de referência, lugar onde nascemos e crescemos. Somos filhas e netas de lavadeira de roupas. Nossa mãe criou seis filhos sem a figura paterna e aprendemos desde muito cedo que a mulher é o esteio da casa. Nossa mãe estudou até o segundo ano primário e ela nos incentivou a ler e a estudar. Sempre tivemos livros e revistas que ela ganhava ou trocava com as colegas. Ela nos dizia: “Vocês precisam ir à escola! A vida de vocês será melhor que a minha. A educação vai transformar vocês”.

Aprendemos a ler e a escrever na escola multisseriada da mestra Dolcy Caiado de Castro que funcionava na rua Americano do Brasil. Logo após, fomos matriculadas na Escola Estadual Constâncio Gomes, em 1980, na classe de alfabetização, mas nas primeiras aulas fomos remanejadas para a classe do segundo ano por sermos alfabetizadas, onde ficamos até concluir o “quarto ano primário”, como diziam à época.

Em decorrência, fomos para o colegio Estadual professor Alcides Jubé, onde concluímos o ensino fundamental e médio. No período do ensino médio, casamos e engravidamos da primeira filha e, com todas as dificuldades, terminamos os estudos. No ensino médio,deparamos-nos com a mestra Dolcy Caiado de Castro ,uma mulher forte, uma educadora ímpar ao ministrar suas aulas. Foi um momento de extrema felicidade encontrá-la carregando o peso da idade e nos ensinando com o mesmo amor de outrora ocasião em que aprendi as primeiras letras.

Ao terminarmos o Ensino Médio com a responsabilidade de ser mãe, posteriormente com dois filhos , esposa e dona de casa, ficamos doze anos sem estudar, acalentando o desejo de entrar para a universidade. Nesse período, participamos de um processo seletivo para ser alfabetizadora de jovens e adultos no programa Brasil Alfabetizado. Fomos aprovadas. A formação seria no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria. Passamos vinte dias de curso intenso para compreender sobre a temática e, confessamos que apaixonamos pela área da educação. O referido curso era oferecido pela Universidade Federal de Santa Maria. Ao adentrar ao local, percebi que precisava com urgência ingressar em um curso superior. Assim que retornamos, fizemos o vestibular para pedagogia na Universidade Estadual de Goiás em

Itaberai. Fomos aprovadas e começamos a realização de um sonho. Trabalhamos com a turma de EJA por muitos anos..

Desde de 2009, atuamos como tutora nos cursos de pedagogia pela Universidade de Brasília (UNB) e na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Essas atuações como professor nos cursos de formação de professores contribuíram de forma significativa para repensar a cultura afrobrasileira nas escolas.

O mestrado foi um sonho que acalentamos por muitos anos, já que julgávamos estar longe de alcançá-lo. No ano de 2022, conseguimos ser aprovadas. Nesse momento, fomos atuar como docente de ensino especial no curso de História na Universidade Estadual de Goiás. Entramos no primeiro período e já nos primeiros dias, percebemos a importância do curso de História. Fomos aprendendo os termos e conceitos que orientam as matrizes curriculares. Os professores, cada qual com a sua metodologia e didática diferenciadas, contribuíram de forma produtiva para o nosso aprendizado.

As disciplinas do mestrado, os seminários, as visitas de campo, a escrita de artigos, a cada finalização de uma disciplina, os debates no campo do patrimônio, da cultura negra, os discursos da colonialidade, decolonialidade, etc., foram processos por meio dos quais pudemos nos firmar enquanto pesquisadoras. Adquirimos escuta sensível ao termos contato com narrativas de outras mulheres que não fazem parte do meu seio familiar, mas que apresentam muitos contornos nessa história que se assemelham às nossas como se fosse uma colcha de retalhos ou uma trouxa de roupas que nossa mãe carregava em seus ombros, muitas vezes doloridos.

Toda a nossa motivação em dar visibilidade às mulheres em minha pesquisa proveio da nossa criação, que fora sempre cercada por muitas mulheres fortes, guerreiras e que lutavam para vencer o patriarcado, depois para sustentar os filhos, muitas não contavam com o apoio do esposo e a maioria delas não tiveram marido.

As questões de preconceito sempre rondaram nossa família, sobretudo porque eram mulheres que cuidavam de sua prole sem ajuda de um homem; depois por exercer uma profissão que julgavam sulbaterna (lavadeira) e, por último, por sermos descendentes de negros, já que nosso avô paterno era negro .

A motivação para o estudo específico da comunidade remanescente de quilombo Alto

Santana na Cidade de Goiás surgiu na ocasião em que receberam a certificação em 2017, quando começamos a observar, nas redes sociais, o envolvimento de algumas mulheres que tomaram a frente e explicaram sobre a comunidade, suas lutas e seus anseios. Por essa razão, procurei um mestrado voltado à área de História, já que poderíamos pesquisar o quilombo e as mulheres.

Não está sendo uma caminhada fácil. Pensamos várias vezes em desistirmos, já que conciliar os estudos com o trabalho é bastante árduo. Contudo, a palavra desistir nunca fez parte do nosso cotidiano. Após várias reflexões, sobretudo quando estamos realizando as leituras, percebemos o quanto precisamos caminhar e melhorar o repertório literário e linguístico.

Na ocasião das idas ao quilombo, ao sentarmos com as moradoras na porta de suas casas, ao verificarmos como elas aprenderam a se orgulhar de sua ancestralidade, do brilho no olhar e a dizer “sou quilombola porque tenho a força herdada de minha mãe”, “da minha avó”, percebemos que essas reflexões colaboram para a construção de suas identidades.

Nesse ensejo, seguimos estudando e refletindo sobre as implicações da pesquisa com a nossa história de vida. Em vários trechos da escrita desta pesquisa a “trouxa de roupas” vai ficando mais leve, o peso vai sendo retirado do braços dos nossos antepassados e o suor e as lágrimas vão se tornando uma corrente de águas límpidas. Nossa avó tinha o nome de Esperança. Ela lavou roupa a vida toda para criar seus filhos e ajudou a cuidar dos netos e bisnetos. De forma análoga, com Esperança, seguimos...

1. CONTEXTO HISTÓRICO CULTURAL DE GOIÁS

Neste item, trataremos sobre o contexto histórico e cultural do quilombo Alto Santana, como foi a trajetória para sua formação e a participação das mulheres para a sua certificação. Trataremos de uma retrospectiva do surgimento dos quilombos:

No Brasil, as primeiras referências de quilombos surge em documento oficial português datado de 1559, mas somente em 1740 em 02 de dezembro, assustados frente ao recrudescimento dos núcleos livres do domínio colonial, depois das guerras do nordeste no século XVIII, as autoridades portuguesas definem, ao seu modo o que significa quilombo: Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não se tenham ranchos levantados nem achem pilões neles (Nascimento, 2006, p. 43).

Essa visão de quilombo, no modelo colonialista, é criticado por Nascimento (2006), pois ela acredita que o negro poderia ter escrito a sua própria história sem receber adjetivos pejorativos dos opressores. A autora defende o quilombo, como uma formulação da vivência, de cotidianidade, de convívio social, de trajetórias de sujeitos, ressalta que inicialmente os quilombos se correlacionavam com Angola, depois foram se afirmando conforme a complexidade do local e suas especificidades. A teórica registra, ainda, que o quilombo dos Palmares é o que mais se aproxima aos quilombos do continente ocidental. Por essa razão,

A visão que o mundo ocidental procurou transmitir da África foi de um continente isolado e bizarro, cuja a história já foi despertada com a chegada dos europeus. Trata-se de quilombo que representou na história de nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização (Nascimento, 2006 p. 41).

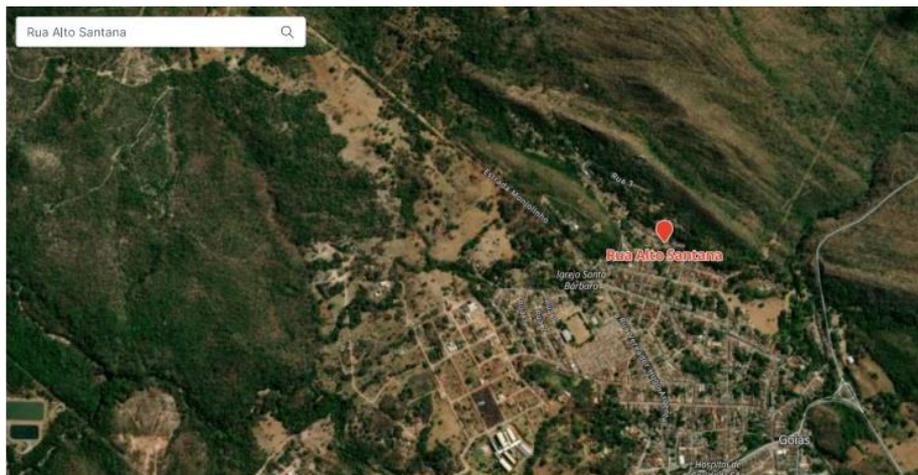
Foi no século XIX que o quilombo passou a ser visto pelos princípios da ideologia, um movimento em busca da luta e resistência “ou seja, o quilombo recebe o significado de instrumento ideológico contra as formas de opressão, essa passagem de instituição em si para o símbolo de resistência que mais uma vez redefiniu o quilombo” (Nascimento, 2006, p. 46). Nessa perspectiva, os quilombos rurais apresentam dificuldade relativas às questões que demandam o uso e a manutenção de seu território. Alguns aspectos colaboram para que as dificuldades se tornem mais latentes, como a não aceitação dos fazendeiros em dividir espaço com os remanescentes, o avanço de estradas, as invasões de terras ilegais, morosidade para receber a certificação e a titulação, dentre outras.

A concepção de quilombo tradicionais rurais, proposto por Moura (2006), se dá na perspectiva de conceituá-lo de tal forma que se perceba como uma comunidade negra que note a importância de sua ancestralidade e a valoriza.

Comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco. A maioria vive de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada, valoriza as tradições culturais de seus antepassados (religiosas ou não) e as recria no presente. Possui histórias em comum, normas de pertencimento explícitas, consciência étnica (Moura, 2006, p. 330).

No entanto, os quilombos urbanos passam por situações semelhantes o que difere são as questões relativas à problemática dos espaços urbanos onde estão localizados. Na cidade de Goiás, o quilombo está situado em uma área considerada periférica que traz a tona todas as dificuldades vivenciadas nesses espaços, tais como a infraestrutura precária, a subsistência que engloba a baixa geração de renda e empregos, os problemas jurídicos, etc. Nesta imagem podemos verificar o mapa do município e também o mapa do bairro Alto Santana onde está localizado o quilombo.

Figura 01 – Imagem da Cidade de Goiás Via Satélite



Fonte: www.gosur.com

Figura 02 – Mapa do bairro Alto Santana.



Fonte: www.gosur.com

Alguns moradores sequer possuem um recibo para comprovar que a sua residência lhes pertencem, o que os torna geralmente segregados e/ou marginalizados. São grupos de pessoas que buscam o reconhecimento de sua identidade e foram afastados do centro histórico da Cidade de Goiás, lugar que privilegiava a elite burguesa nos séculos XVIII e XIX.

[...] grupos que viviam aos arredores de cidades que sofreram um processo intenso de urbanização. Além dos que viviam em áreas valorizadas das cidades e que foram obrigados a se remover para a periferia para dar lugar a projetos de desenvolvimento urbano (Rocha; Lima, 2011, p. 4).

Os quilombos urbanos estão interligados à história das periferias do Brasil, pois os problemas que vivenciam no cotidiano abarcam as relações que evidenciam as segregações raciais e as de cunho socio-culturais. Nascimento (1982) traz uma concepção de quilombo no que tange à luta pela resistência e a manutenção de sua identidade:

As formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, poderemos citar uma lista destes movimentos que no âmbito social e político é o objetivo do nosso estudo. Trata-se do Quilombo (Kilombo), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil (p. 41).

Para alavancar essa prerrogativa de quilombo como símbolo de luta e de resistência, Marinho (2017) explica essa concepção de ressignificação e ressalta a força

do movimento negro em prol desse reconhecimento:

O quilombo, como fora ressignificado pelo movimento negro na década de 1970, deixa de ser um simples reduto de escravos fugidos, como era conceituado período colonial, e passa a ser visto como expressão da resistência negra, com certo teor comunista e revolucionário (Marinho, 2017, p. 354).

Por conseguinte, a Constituição Brasileira de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), consagra às comunidades de quilombolas o direito à propriedade de suas terras. Partindo desta conjectura, Marinho (2017) segue explicando :

Sob esse princípio é que o estado, ao lado do movimento negro e de instituições de pesquisa, consagrou o quilombo como Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro, formalizando o reconhecimento pela constituição brasileira como forma de comemoração pelo centenário da abolição da escravatura. (Marinho, 2017, p. 354).

Para que uma comunidade possa ser reconhecida como quilombo, primeiramente deverá constituir em uma pessoa jurídica e remeter o pedido à Fundação Cultural Palmares (FCP). Esse é o órgão encarregado de analisar os documentos (onde deve constar, dentre outros requisitos, a identificação histórica com a terra habitada pelos remanescentes) e, dessa forma, consentir na emissão da certidão de acordo com a Portaria da Fundação Cultural Palmares n. 98/2007. O art. 3º, inc. I a V da referida portaria:

- I - A comunidade que não possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata de reunião convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria de seus moradores, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;
- II - A comunidade que possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata da assembléia convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;
- III - Remessa à FCP, caso a comunidade os possua, de dados, documentos ou informações, tais como fotos, reportagens, estudos realizados, entre outros, que atestem a história comum do grupo ou suas manifestações culturais;
- IV - Em qualquer caso, apresentação de relato sintético da trajetória comum do grupo (história da comunidade);
- V - Solicitação ao Presidente da FCP de emissão da certidão de autodefinição (Brasil, 2007)

Anteriormente, os quilombos eram espaços isolados que tinham por habitantes negros fugitivos ou libertos. Na contemporaneidade, esses locais são habitados pelos seus ancestrais que procuram representar esse lugar por meio das referências culturais deixadas como um

legado por seus antepassados, como os trabalhos realizados pelas mulheres detentoras dos saberes. Logo,

pensar a identidade quilombola é refletir sobre a territorialidade complexa, multifacetada e diversa do país. Continuam vivas nestes lugares tradições religiosas e festivas de candomblé, umbanda, tambor de mina, tambor de crioula, bumba-meu-boi, reisado, festa do divino, festa de caboclo, ladainhas para santos e encantados. Não são artigos folclóricos estáticos, fechados em si e pendurados no tempo: são manifestações vivas e plenas de vontade própria, que continuam mantendo - por vezes descobrindo - seu sentido para as pessoas que as praticam, que continuam em processo de transmutação em contato com o mundo, ao qual ainda fazem referência e tomando parte daquilo que somos e desejamos ser (Anjos; Cipriano, 2006, p. 75).

1.1. HISTÓRIA E FORMAÇÃO DO QUILOMBO ALTO SANTANA

O quilombo Alto Santana é urbano, logo possui especificidades que o diferem dos quilombos tradicionais. Na Cidade de Goiás, o quilombo está inserido em um espaço mais afastado do centro histórico e carrega consigo complexidades próprias. Ele é constituído por grupos etnicamente identitários que estão em busca da titulação de seu território. As narrativas locais apontam que os moradores mais antigos são advindos do norte da Bahia e das fazendas dos entornos de Goiás.

Figura 03 – Placa de entrada do quilombo.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Nos relatos coletados em campo, a senhora Chica de 72 anos explicou sobre o surgimento da comunidade, as dificuldades enfrentadas, a precariedade do lugar, a falta de saneamento básico e falta de energia elétrica. Ela deixou claro que a solidariedade

movia as pessoas que ali chegavam:

Quando minha mãe veio morar qui existia somente três casas feitas com adobe, então dona Joana vizinha nossa, falou para mamãe cercar um pedaço de terra, depois de cercado , ela contratou uma mulher chamada de” Luzia Homem” que fazia trabalhos grosseiros e fez os adobes ,depois seu Benedito nosso vizinho tirou o paus no mato e minha mãe comprou as telhas e ergueu o barraco por meio de mutirão.

Minha mãe tinha uma mulinha e junto com o senhor Benedito fez um poço onde funciona a lavanderia e todo mundo usava essa água, o poço ainda ta lá, encoberto pela terra” (Chica Campos, 2023).

Partindo dessas premissas e de acordo com os as narrativas das mulheres entrevistadas, todas fazem questão de frisar que esse local era bem rústico e era cercado por mato. Ele não possuía energia elétrica e nem água encanada. E eram glebas de terra pertencentes à prefeitura e foram ocupadas por pessoas que não tinham onde morar e com condição precária de trabalho. Tinham pouco estudos, foram chegando e por meio de mutirões iniciaram a construção de seus barracos. As famílias chegavam ao local e por indicação dos primeiros moradores cercavam um lote, tal como bem explica a senhora Irene Pinto de 63 anos, técnica de enfermagem:

“Meus pais quando chegou a comunidade não tinha condições de trabalho e nem estudo não tinha como pagar aluguel, então por indicação dos poucos vizinhos que viviam aqui, cercou um lote grande de terra, depois foi feita uma casa de pau a pique,coberta por palhas” (Irene Pinto, 2023).

Com o passar do tempo, a vida foi mudando na comunidade. As crianças iam à escola. O bairro foi tomando forma. Vieram as infraestruturas urbanas, tais como água, luz, ruas com calçamento. Em 2017, começaram os rumores sobre quilombo. Iniciou-se o movimento para esclarecer aos moradores sobre a sua ancestralidade. As pessoas foram consultadas e convidadas a contar sua história e de seus antepassados. Esse movimento aconteceu porque um grupo de mulheres percebeu a importância de “ resgatar “ a luta e a resistência de seus antepassados.

As imagens a seguir demonstram como o bairro foi se estruturando. Porém, essas reestruturas foram marcadas pelo preconceito, pelo racismo, pelo silenciamento, pela negação da identidade. Foram diversos enfrentamentos que a comunidade travou na conquista de suas casas e na valorização de suas origens.

Figura 04 – Ruas com estruturação asfáltica.



Fonte: acervo da autora, 2023.

O movimento para o reconhecimento de remanescentes do quilombo, segundo Batista (2022, p. 54), ocorreu quando a ex-presidente do quilombo, na época da entrevista, escolheu ser chamada por Flor de pequi, explicou como se deu esse processo.

“Foram iniciativa das mulheres que “tomaram peito” para obter a conquista do reconhecimento e da certificação. A partir da iniciativa de Marta Ivone, na época Superintendente de promoção da igualdade racial, que procurou o Centro Especializado de Atendimento a Mulher (CEAM) da cidade de Goiás. Junto com sua equipe, a secretária de Marta, Luciene Kalunga, e o motorista, Marta chegou a comunidade a procura de Flor de pequi através da indicação de Elenizia da Mata (atual vereadora), começaram as investigações exigidas para o reconhecimento pela Fundação Palmares como “quilombolas”. Desta forma segundo Flor de Pequi, muitas pessoas negaram a condição de quilombolas” (Batista, 2022).

Ao fazermos um paralelo sobre o esquecimento e negação dos vestígios da cultura negra em nossa cidade, podemos citar Tedesco (2013, p. 149) que no ano de 2013 já havia percebido essa disparidade “a tradição oleira local é considerada por vários agentes uma herança indígena, e a participação dos negros por algum motivo, foi excluída deste processo”.

Nesse sentido, na teoria da dominação simbólica proposta Bourdieu (1999), é preciso ressaltar que as identidades de gênero são definidas a partir da relação com o outro, ou seja com o diferente, nesse panorama o autor explica :

A dominação não é simplesmente resultante "da pressão (pelas forças) e do consentimento (às razões), da coerção mecânica e da submissão voluntária, mas

particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidos esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica (Bourdieu, 1999, p. 45).

É importante destacar como a retórica naturalizada pelo opressor acaba sendo apropriada pelo oprimido, de modo a promover barreiras intrínsecas à sua própria visão de mundo que corrompem suas possibilidades efetivas de emancipação. O silenciamento é o modo de se protegerem de certos estigmas vivenciados pelos negros na cidade de Goiás.

Eu vou ser quilombola só para para falar que minha família foi escravizada? Eu não sou quilombola. Na minha cabeça era um termo pejorativo, pessoas escravizadas , pessoas que era escrava. Sinônimo de preto. Era uma coisa que pra gente que recebe muito xingamento , muita fala assim que dói dentro da gente de ouvir, então eu não queria ser quilombola não (Flor de pequi informação verbal, concedida a autora Batista em 2022).

A entrevistada, ao ser questionada sobre a possibilidade de ser quilombola, expressou em sua fala um discurso que foi construído no Brasil por muito tempo, em especial nos livros didáticos que ensinavam que os escravizados eram pessoas que foram usadas para servir. A sua cultura, para muitos, eram vista como uma afronta à religião proposta pelo catolicismo. As pessoas manifestavam medo em se declarar quilombola porque já conheciam os estigmas de serem pretos em uma sociedade culturalmente branca, que ignoram as múltiplas culturas existentes em nosso país.

Dessa forma, segue Batista (2022) relatando a trajetória realizada pelas mulheres em prol do reconhecimento do título de remanescentes do quilombo, uma trajetória permeada por lutas e desafios.

Flor de Pequi relata que logo após receber Marta Ivone, começaram as visitas, de casa em casa, aos moradores para o processo de reconhecimento. As visitas tinham a finalidade de averiguar quem tinha histórico de escravidão na família, para recolher os documentos necessários à certificação. Alguns moradores da comunidade se mudaram recentemente ou não tinham histórico a qual precisava para o reconhecimento, pois estabeleceram moradia por lá em épocas que os lotes da região eram de valor baixo. Compras de lotes saíam a troco de um litro de medida (Batista, 2022, p. 55).

1.2. PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

A certificação foi realizada pela Fundação Cultural Palmares e se deu por meio de processo e de portarias com o intuito de identificar, reconhecer, regulamentar o território quilombola bem como as pessoas que ali residem e se auto definem como remanescente dos quilombos,

A entrevistada Wesleyne Rose, de 24 anos de idade, estudante de direito e agente comunitária de saúde, explica a importância da certificação para a comunidade e também ressalta a importância de ser quilombola. Ela destaca os desafios e as lutas vivenciadas até os dias atuais.

“A certificação do Quilombo Alto Santana trouxe grande reconhecimento para os moradores da região. Eles agora passaram a ver com outros olhos toda a trajetória de resistência do povo. Para as mulheres, muitas vezes chefes de família, trouxe mais independência e força de vontade para buscar e ter acesso a benefícios e políticas públicas que antes eram para grupos muito específicos. O fato de ser quilombola está relacionado a um passado marcado por constantes e ferrenhas lutas por direitos sociais básicos para um mínimo de qualidade de vida possível. Foi por meio dessas lutas, que hoje nos quilombolas podemos mostrar nossa força e poder, preservar nossas culturas e não deixar que apeguem nossas histórias, que ainda sim precisa ser constantemente reafirmada” (Wesleyne Rose, 2023).

A professora Aquila Cristina explica sobre o processo de certificação ressaltando ser fundamental para a manutenção da etnicidade na comunidade. A Portaria que regulamenta os procedimentos para identificação tem atribuições próprias estão registradas no documento a seguir:

PORTARIA Nº 281, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação n.º 01420.008723/2017-25, resolve:

Art. 1º CERTIFICA que a COMUNIDADE ALTO SANTANA, localizada no município de Goiás/GO, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 018, Registro n.º 2.557, fl. 178, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, SE AUTODEFINEM REMANESCENTE DOS QUILOMBOS.

A partir de então, o quilombo passa por um processo de ressignificação. O processo de ressignificação operado a partir da certificação fruto da mobilização de mulheres pretas quilombolas reflete como os movimentos sociais são uma *potentia* transformadora na sociedade, conscientizando-a por meio da educação antirracista. Por si só, as ações de luta em prol do combate ao racismo promovem a educação da população para lidar de modo eficaz com as relações raciais no Brasil.

Desse modo, a professora Aquila Cristina Ferreira (33 anos), em sua entrevista, ressalta sobre a importância do reconhecimento do quilombo Alto Santana para a comunidade. Cita, ainda, que ser quilombola significa pertencer história do lugar.

O processo de certificação do quilombo ocorreu em meio as lutas para o reconhecimento de quilombolas, algumas pessoas foram as nossas casas explicar como se dá a formação de um quilombo, se estávamos dispostos a auto declarar e que para isso teríamos que buscar a nossa ancestralidade, fornecer documentos pessoais, aceitamos o desafio. Hoje estamos vivenciando experiências e práticas culturais que favorecem a comunidade.

Me considero sim Quilombola. Sou filha de mulher Negra, Neta de Mulher Negra. Criada no Terreiro do Quilombo Alto Santana.... Lugar de História e Memória de Luta....

Quilombola significa pertencer à história do lugar ou de determinada comunidade. Fazer parte da história de Luta de negros trabalhadores que sofreram para terem o mínimo do direito respeitado, Hoje tem aproximadamente 737 quilombolas, dados por aproximação, a titularidade de quilombolas está em andamento, em estudo pelo INCRA e pelos outros órgãos competentes, é uma coisa mais profunda e mais amplo. (Aquila Cristina, 2023).

Dessa forma, o quilombo vem sendo considerado um território étnico-racial, com ocupações coletivas que se baseiam na ancestralidade e nas tradições culturais, local onde se expressa a resistência a diferentes formas de dominação. Essa ocupação de território está amparada e garantida pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988).

Associação do Quilombo Alto Santana (AQAS) foi criada, em 2017, com o intuito de amparar as pessoas que ocupam esse espaço, além de ofertar ajuda mútua e troca de conhecimento. A certificação foi um marco histórico para os remanescentes que viram nesse ato a eminência de se tornarem protagonistas de sua história, conforme ilustrado no depoimento, a seguir:

A certificação é fruto da afirmação da identidade quilombola de sujeitos remanescentes de quilombo e do sistema de escravidão na região do município de Goiás e veio propiciar a organização da comunidade na busca por soluções, ações e

políticas de desenvolvimento da comunidade no tocante às vulnerabilidades sociais, como desemprego, baixa escolaridade, renda e formação profissional, deficiências no saneamento básico, dentre outras. (Farias ,et al , 2021 p.342)

O Artigo 68 da Constituição Federal de 1988 assegura o direito às terras quilombolas, “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”. (BRASIL, 1988). Esse movimento de conquista do território pode ser ilustrado como uma das respostas possíveis ao sistema de exploração. Entretanto, existiram ainda outras formas de reação que provém dos suicídios, dos abortos provocados, dos assassinatos de feitores e de seus senhores. O próprio ato de cultuar seus deuses para demonstrar um ato de resistência aos castigos sofridos, pode ser, também, interpretado como uma forma de resistência.

Tudo isto se esclarece quando entra em cena a noção de quilombo como uma forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através das gerações. O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira, sobretudo, um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado. Inaugura uma espécie de demanda, ou nova pauta na política nacional: afrodescendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas (Leite, 2000, p. 335).

Desse modo, é imprescindível que se ressalte o modelo de subsistência criado pela comunidade do Alto Santana como alternativa viável para a época, produtos feitos pelas mãos de pessoas que andavam pelo centro histórico em busca de sustento para sua prole.

Ao longo de mais de 100 anos, doces, bolos e quitutes, frutos do cerrado, cerâmica e festejos têm sido produzidos pelas mãos da nossa gente preta. O Centro Histórico e seu rico conjunto arquitetônico ainda testemunham nossos corpos ambulantes em busca de sustento, levando frutas em baldes, doces, picolés e bolos em carrinhos e outros itens produzidos e vendidos em logradouros públicos. (Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens. 2021p. 343)

Observa-se nas legislações que tratam sobre os espaços destinados aos quilombos quão grande foi a luta pelo território quilombola, em especial de mulheres que usam dos seus conhecimentos repassados entre as gerações para subsidiar seu sustento. Nesta oportunidade, os acervos documentais como as leis e decretos embasam e dão credibilidade à pesquisa:

O controle sobre a terra se faz grupalmente sendo exercido pela coletividade que

define sua territorialidade com base nos limites étnicos fundados na afiliação por parentesco, co-participação de valores, de práticas culturais e principalmente de circunstância específica de solidariedade e reciprocidade desenvolvidas no enfrentamento de alteridade propostas pelos brancos. A territorialidade das comunidades negras é referida na identidade de cada grupo que as constitui, a posse da terra independentemente de suas origens patrimoniais se efetiva pelas comunidades negras enquanto sujeito coletivo configurando como grupo étnico, a apropriação coletiva é feita por negros etnicamente organizados e como sujeito socialmente

(Bandeira, 1998, p. 9).

Nas narrativas orais das mulheres presentes nas entrevistas, percebe-se que o grau de parentesco é muito comum. Geralmente, os mais velhos foram chegando ao bairro e repartindo com os seus filhos e netos uma parte do terreno para que ali se abrigasse e formassem seu núcleo familiar. Uma das questões que foram levantadas na entrevista era específica para verificar se a mulher teria algum parente na comunidade. Nesse contexto, noventa e nove por cento das mulheres entrevistadas possuem parentes de primeiro e segundo graus na comunidade. No gráfico a seguir podemos verificar esse percentual.

Figura 05 – Tabela de dados Obtidos.



Fonte: Paulene Almeida, 2024.

As comunidades quilombolas são apresentadas conforme o decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, como “[...] grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Na atualidade, os gestores locais estão promovendo algumas ações com o intuito viabilizar as manifestações culturais para importância deste quilombo na Cidade de Goiás. Porém, nem sempre as pessoas conseguem participar de forma ativa desse processo porque as ações acontecem de modo sazonal e não contemplam todos os moradores em suas necessidades mais urgentes.

Por intermédio das redes sociais (sobretudo por meio das páginas do *Facebook* e do *Instagram*) da prefeitura Municipal de Goiás, temos acompanhado as postagens referentes ao quilombo Alto Santana. Dentre essas postagens, destacamos, aqui, três eventos em forma de leis que foram criadas no município no intuito de evidenciar a cultura quilombola e a valorização das pessoas pretas. A primeira delas é a Lei nº. 25, de 20/11/2013, que cria o dia municipal da Consciência Negra; Em seguida, instituiu-se a lei nº 160, de 27/12/2017, de cotas de emprego para a população negra em concursos públicos e processos seletivos, com reserva de vinte e cinco por cento (25%).

Por meio das observações realizadas em campo, através da participação em alguns eventos, constatamos que os moradores do quilombo Alto Santana têm buscado ações que promovam as práticas culturais com o objetivo de que possam gerar empregos e renda, como também o sentimento de pertencimento ao lugar de memória.

Em 2022, foi realizado no dia de Santa Barbara o primeiro cortejo em Louvação a OYÀ e a lavagem das escadarias da Igreja de Santa Barbara que, no sincretismo religioso, é a senhora dos raios e das tempestades, retratando, assim, a força da mulher. Nessa data, seus devotos se vestem de branco e vermelho para homenagear Iansã. No ano de 2023, foi realizada a segunda edição desse evento cultural-religioso.

Recentemente, também, foi inaugurado o Centro Cultural no Pé do Berimbau no quilombo Alto Santana, com o intuito de promover apresentações culturais e artesanatos. Esse evento contou o apoio da prefeitura Municipal da Cidade de Goiás e da Secretaria da Igualdade Racial.

A Secretaria Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade e Equidade Étnico-Racial instituiu, por meio da LEI Nº 354, de 25 de julho de 2023, o Dia Municipal da Mulher

Negra, Latino-Americana e Caribenha no calendário Comemorativo do Município de Goiás, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de junho. Esse ato é muito importante para as mulheres negras da comarca e, também, para a comunidade quilombola, sendo uma forma de fortalecimento dos vínculos e a valorização das políticas públicas em prol destas pessoas.

As escolas locais também têm conscientizado seus alunos sobre a importância desse quilombo para a cidade de Goiás, ensinando-os a valorizar a cultura, as práticas dos saberes e fazeres, além de promover meios para que eles possam vivenciar as apresentações culturais que são passadas de geração em geração.

1.3. IDENTIDADE , MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

Após essas lutas para a conquista da certificação, faz-se pertinente ressaltar que o quilombo Alto Santana se configura um lugar de memórias coletivas. Ao entrevistar as mulheres, percebe-se um certo saudosismo quando elas narram fatos relacionados à fundação do bairro. As entrevistadas relatam experiências relacionadas às pessoas e ao lugar , que nos faz refletir como a memória é importante para a preservação do lugar e das pessoas que ali habitavam. No entendimento de Halbwachs (1968 s/p), “nas décadas de 1920-1930, já pontuava que a memória deve ser um fenômeno coletivo e social.Ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a constantes mudanças e transformações.”

Partindo desse pressuposto, é imprescindível ressaltar que o quilombo Alto Santana tem como referência para as mulheres o espaço da lavanderia, pois ali se iniciava o processo de emancipação das mulheres lavadeiras de roupas que podiam optar em se dirigir ao rio ou ficar no próprio bairro exercendo o seu ofício. Para elas, a lavanderia simboliza um espaço de resistência coletiva. Essa prática nos remete à memória coletiva, uma vez que “a memória é onde cresce a história, que por sua vez a alimenta ,procura salvar o passado para servir o presente e o futuro . Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. (LeGoff, 1984, p. 47).

Dessa forma, a memória é tida como fonte libertadora que não escraviza ao passado mas emancipa. Por outro lado, Pierre Nora (1993, p. 8-9) nos mostra outro viés sobre a memória que nos leva a uma reflexão sobre o lugar que ela ocupa dentro da história:

Se habitássemos ainda a nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar

lugares. Não haveria memória transportada pela história{...} desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mas dentro da verdadeira memória, mas dentro da história (Nora, 1993, p. 8-9).

O quilombo Alto Santana demonstra por meio das pesquisas ser um lugar que guarda os rastros de um povo que anseia por libertar-se das amarras impostas pela escravidão. Mas, além disso, também almeja preservar a memória daqueles que os antecederam e que os ensinaram a resistir e lutar para que o bairro fosse reconhecido como quilombo não somente pela sua historiografia, mas também pela preservação dos saberes e fazeres desta comunidade.

O quilombo Alto Santana é um local que inspira muitas memórias. Podemos confirmar isso quando participamos de uma roda de conversa denominada prosa, memória e cantoria realizada pelas alunas do Promep em consonância com a disciplina de Cultura Negra e Patrimônio. Dessa forma, foi feito um convite aos moradores e fizemos uma dinâmica para que levassem um objeto que remetesse a alguma memória. Foi um momento ímpar no qual várias pessoas lembraram seus antepassados, contando como viviam, produziam alimentos e saíam pelas ruas da cidade para vender seus quitutes.

Nessa ocasião, realizou-se um evento em homenagem à consciência negra. Recebemos as pessoas cantando a música “Sorriso Negro”, composição de Dona Ivone Lara. Cada pessoa que chegava era recebida com essa canção. Ao fazer referência à memória dessa mulher negra, estamos fazendo memória a todas as mulheres que nos antecederam que foram motivo de alegria e orgulho.

Tabela 1 – Música Sorriso Negro

Um sorriso negro, um abraço negro	Negro que já foi escravo
Traz....felicidade	Negro é a voz da verdade
Negro sem emprego, fica sem sossego	Negro é destino é amor
Negro é a raiz da liberdade.	Negro também é saudade.. (um sorriso negro).
Negro é uma cor de respeito	
Negro é inspiração	Dona Ivone Lara
Negro é silêncio, é luto	1981
negro é...a solidão	

Essa música faz parte do álbum da cantora e compositora (Ivone Lara), lançado há quatro décadas, pois celebra a negritude e outras formas de exaltar a figura das mulheres pretas no Brasil. Nesse contexto, a canção foi utilizada para dar ênfase à importância da mulher quilombola na luta e resistência contra diversas formas de opressão.

Essa roda de conversa aconteceu na comunidade na casa de um morador chamado Pio Domingos e sua esposa Cleusa, que nos receberam com alegria e entusiasmo. Foi servido sucos e refrigerantes acompanhados por uma faropa preparada pela moradora. Contamos com a presença de vários alunos do mestrado e, também, com a presença do professor Dr Ricardo Oliveira Rotondano do Mestrado em Estudos Culturais Memória e Patrimônio (Promep).

Figura 06- Roda de conversa objetos de memória.



Fonte : Acervo da autora

Figura 07 - Roda de conversa celebrando a memória do quilombo.



Fonte: Acervo da autora

Ao fazermos uso da oralidade nas atividades junto às comunidades do Alto Santana, destacamos com o propósito de vinculá-las ao conhecimento repassado por gerações como forma de valorizar as narrativas orais tão presentes na comunidade.

Nesse processo de reconhecimento de mulheres que celebram a negritude por meio de lutas e resistência, é precioso elencar que, nos quilombos, as mulheres também lutam por seus direitos que contemplam pautas diversificadas que vão desde a luta pelos seus territórios, pelo direito à saúde, à educação e à segurança. Quando refletimos sobre a história das pessoas negras no Brasil, percebermos que é contada sob a visão do viés masculino, ou seja, a historiografia oficial mostra uma representação masculina dessa história. Nesse sentido, as mulheres quilombolas da comunidade remanescentes do quilombo Alto Santana têm que superar diariamente vários fenômenos que obstaculizam o desenvolvimento de sua comunidade.

[...] falar da mulher quilombola e do seu papel na sociedade, não se restringe ao reconhecimento da luta das mulheres negras em geral, porém, o empoderamento destas perpassa as referências históricas, na medida em que constituem uma trajetória de luta e contraposição dos espaços de invisibilidade, opressão e desigualdade. É nesse sentido que as identidades se sobrepõem, se entrecruzam e se acumulam, viabilizando a análise por uma perspectiva interseccionalizada (Souza; Araújo, 2014, p.168).

O protagonismo político das mulheres na comunidade Alto Santana tem sido determinante para que possam ter a garantia dos direitos de todos da comunidade. Dessa forma,

nas narrativas orais vivenciadas no ato das entrevistas, é possível verificar que todas as respostas foram unânimes para demonstrar que o quilombo está presente na Cidade de Goiás porque foram as mulheres que iniciaram essa trajetória em busca de provas que comprovassem a existência deste quilombo. Dessa forma, seguem três relatos que ilustram esse protagonismo. Ressaltamos que das vinte mulheres entrevistadas todas fizeram a mesma afirmativa.

Relato um: Claudiane A.M.P. Almeida 50 anos servidora pública : Sobre a certificação, eu recebi a visita de um grupo de mulheres que explicou sobre a importância de tornarmos quilombolas, depois a agente de saúde Romilda comentou sobre a certificação, depois a comunidade foi se inteirando do assunto e aderindo a proposta, fornecendo documentos.

Relato dois: Ana paulo santos Gomes 36 anos educadora física: Sobre a certificação não sei explicar direito, mas sei do apoio que tiveram de algumas mulheres para ser reconhecidos. Tiveram o apoio vereadora elenisia da Mata e Fernanda (ex presidente do quilombo.) e doutras mulheres que abraçaram a causa e foram a luta em prol deste reconhecimento.

Relato três: Maria Loudes Pinto Mota 64 anos aposentada, quando foi para virar quilombo a Fernanda Farias foi de casa em casa explicar sobre o que é quilombo, daí nós aceitamos, contribui fornecendo documentos, foi tudo registrado em uma ata, nossos documentos e a historia nossa de nossos antepassados.

A importância dessas mulheres na luta pela sua comunidade nos revela o empoderamento feminino no que tange à força e o poder de enfrentamento nas lutas que englobam o paradoxo das causas sociais e políticas que refletem no cotidianos das comunidades quilombolas.

O empoderamento como auto-confiança e auto-estima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Ao ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes; quer dizer, se reconhece o imperativo de mudança. (Leon, 2001, p. 97).

Essa reflexão acerca da luta das mulheres pela emancipação da comunidade nos remete sobre a importância do território tanto para a manutenção da segurança material

quanto cultural. o empoderamento feminino possibilita as mulheres adquirirem autonomia nas tomadas de decisões favorece a autoestima e sua autoconfiança. Portanto, as mulheres quilombolas do Alto Santana se organizam e lutam pela garantia e efetivação dos direitos comunitários tendo associação como instrumento que válida essas ações.

Figura 08 - Imagem de dona Delice Dias e muro com expressão artística.



Fonte: Acervo da autora.

Eu vim ver o que os jovens estavam fazendo, chegando aqui vi que estavam pintando o muro, foi uma alegria grande ver tantas cores e tanta boniteza , é bom ver isso aqui sendo renovado. O mundo precisa de mais cor, já passamos tantas lutas né... ? (Delice Dias,2023).

Nesta perspectiva é possível perceber como o lugar de vivência dessas mulheres estão interligados a memória, apesar das transformações decorridas, percebe-se que as mudanças criam laços harmônicos que se entrelaçam ao presente. Dona Delice expressa em suas palavras que as mudanças são bem-vindas, pois já passaram tantas lutas, o simples fato de ver um muro decorado com símbolos que retratam um povo a deixou feliz. Essa felicidade está carregada de sentidos e significados.

2. RAÇA E GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS DA MULHERES QUILOMBOLAS

Neste item, abordaremos as questões raciais e de gênero que englobam o racismo presente na sociedade. Daremos ênfase para as mulheres que por muito tempo foram silenciadas e massacradas pelo simples fato de serem mulheres e pretas, uma vez que essas duas vicissitudes são sim os maiores óbices à construção de um panorama de respeito, integridade e dignidade das mulheres na sociedade.

Portanto, a historiografia demonstra como as mulheres se configuram como parte importante e imprescindível no processo de luta que ascendeu a abolição da escravidão, contudo foram invisibilizadas, cedendo espaço para uma história narrada sob o viés masculino.

Nesta perspectiva é pertinente ressaltarmos que as mulheres ao assumirem o papel de lideranças em seus territórios quilombolas passam a serem protagonistas no processo de emancipação, assumindo mais uma responsabilidade, cujo o intuito é alavancar na luta pela sua subsistência. Partindo desse pressuposto Nilma Lino Gomes (2020):

Dignidade, direitos, participação, equidade e justiça social são eixos orientadores das práticas sociais e políticas das comunidades quilombolas brasileiras. A esses elementos centrais as mulheres introduzem o recorte de gênero, raça e geracional, aperfeiçoando as pautas de lutas e as demandas por políticas públicas.

Neste panorama das trajetórias de mulheres quilombolas faz –se necessário ainda analisar os impactos interligados ao lugar onde o quilombo Alto Santana se localiza e suas implicações relativas ao contexto histórico e coloniais.

2.1. A FUNDAÇÃO DE GOIÁS E O IMPACTO DAS RELAÇÕES COLONIAIS

A cidade de Goiás fundada no modelo colonialista, tem em seu arcabouço muitas histórias que remontam as lutas de classes que invariavelmente atingiam os menos favorecidos, deixaram vestígios que perduram na atualidade. Sendo assim Tamaso 2007, vem sinalizando de modo conciso essa perspectiva.

Esse relatório técnico tem como palco a cidade de Goiás, um lugar que precisa ser contextualizado para entendermos como o racismo, o preconceito a luta de classes, as questões de gênero e raça imperavam no século XVIII, período em que as relações colonialistas lideravam aliadas “ao alto grau de coesão das famílias antigas, entrelaçadas pelo parentesco base de superioridade de forças do grupo do centro histórico e do controle social desempenhado por elas” (Tamaso, 2007, p. 353).

Partindo desse pressuposto, a chegada dos bandeirantes paulistas e a exploração aurífera são fatores que marcaram a fundação da cidade. Contudo, esses não seriam os únicos

fatores que determinariam o modo de ser da população. Segundo Tamaso (2007), “a transferência da capital gerou inúmeras rupturas, tanto materiais quanto simbólicas e afetivas”, sendo também um marco que resultou em percas, já que a economia esteve baseada na mineração até o fim do século XVIII. Após a decadência do ouro, foram tomadas algumas medidas para minimizar os problemas, iniciou-se a pecuária, a agricultura e o comércio desses produtos. Além das problemáticas elencadas, percebe-se um certo esvaziamento de pessoas negras no centro histórico, pois esses estavam sendo lançadas para bairros mais longínquos da cidade.

Em 1726, o bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva, alcunhado de Anhanguera, fundou o arraial de Sant’Ana e deu início a exploração dos veios auríferos da região. Em 1739 o arraial de Sant’Ana é erigido Vila Boa de Goyaz, até que em 1818, é elevada à categoria de cidade. Teve a função de centro político da província e depois do estado até 1937, quando interventor, Pedro Ludovico Teixeira transferiu a capital de Goiás para Goiânia (Tamaso (2007, p. 14).

Segundo Palacin (1995, p. 20), “a partir do descobrimento das minas inicia-se se o povoamento branco e mestiço no território goiano”. Porém, é imprescindível ressaltar que nesse povoamento em especial no ciclo do ouro os beneficiados foram as pessoas que se intitulavam a elite detentora, os negros eram os puros serviçais.

Os negros fizeram todo o tipo de trabalho para os brancos, mas a sociedade recebeu benefícios restritos do que pôde obter através do escravo. De forma diferente da versão do branco, quando ele coloca o ouro de antigamente enriquecendo famílias antes pobres e correndo pela cidade, a dos negros desloca-o para a natureza ou para o mistério (Brandão 1977, p. 4).

Em termos gerais, a questão dos negros escravizados, após a tão sonhada abolição em 1888, traz a perspectiva de que os negros precisaram reinventar-se para se afirmar em enquanto pessoas livres “a festa de verdade pela abolição durou pouco. Na profundidade dos campos e sertões, a liberdade de fato não chegou no dia seguinte” (Silva, 2017, p. 416). Na Cidade de Goiás não foi tão diferente. A maioria dos escravizados foram arremessados e lançados a própria sorte. Eles tiveram que se arranjar para manter a sua subsistência e prestavam serviços braçais aos mais abastados. Os moradores mais antigos em seus relatos explicam que mesmo as famílias de classe mais baixas tinham uma mulher negra como pajem ou um homem negro para os serviços mais grosseiros. No quilombo Alto Santana, algumas mulheres narraram que quando eram crianças eram também pajens, enquanto as mães faziam o serviço doméstico, elas

brincavam com os filhos da patroa em troca de ninharias.

Nos becos e ruas da Cidade de Goiás, era comum ver mocinhas negras cuidando de crianças brancas, carregando-as na cintura em meio a algazarra e folguedos infantis. Recordamo-nos de uma moça que morou por muito tempo com nossa tia. Ela era chamada de negrinha quando acontecia algo com a criança que pajeava. Não recebia salário e usava as roupas que nossa tia dava, sendo roupas velhas de senhoras. Hoje, temos plena consciência que essa moça prestava serviço análogo a escravidão, mas há quase cinquenta anos atrás isso era muito comum, não havia quem denunciasse.

Portanto, seguindo a reflexão sobre como os negros eram tratados anteriormente em nosso município, é primordial compreendermos como foi a chegada dos negros em Goiás. Na visão de Silva (1974), que destaca a trajetória realizada por meio de várias regiões geográficas:

É fácil afirmar-se em princípio que a raça negra chegou em terras goianas inicialmente com os bandeirantes descobridores, veio de várias regiões geográficas do Brasil, colônia, com destaque São Paulo, o Nordeste, com maior relevo a Bahia, Minas Gerais e até Mato Grosso. Alcançou essas campinas, os sopés, as serras e as margens dos rios na condição de apoucada de coisa, sempre atraído e conduzido pela ganância econômica do século dezoito, continua afirmando que estatisticamente é bastante difícil determinar a porcentagem de raça negra em Goiás (Silva, 1974, p. 19).

Desta forma a sociedade vilaboense reafirma que esse modelo colonialista patriarcal aderido reforçava como os negros serviam a classe dos mais abastados como objetos de interesse dos senhores nas mais variadas práticas de racismo e subalternização.

2.2 O PAPEL DAS MULHERES NEGRAS NAS IRMANDADES E A RESISTÊNCIA CULTURAL

Para tentar amenizar tantos desatinos praticados contra as pessoas negras, a irmandade dos pretos teve um papel relevante na vida dos escravizados durante o período colonial, permitindo-lhes uma maior autonomia e organização em um contexto de opressão e violência. As irmandades de pretos surgiram no Brasil durante a época da escravidão, como uma forma para se organizarem e se ajudarem mutuamente.

Nas comunidades tradicionais afro-americanas, as mulheres negras encontram respaldo institucional considerável para valorizar a experiência vivida. A centralidade das mulheres negras em famílias, igrejas e outras organizações comunitárias as permite compartilhar com irmãs mais jovens, menos experientes, seus conhecimentos concretos sobre o que é ser uma mulher negra que se define por si própria (Collins,

2018, p.166).

Marinho (2023) explica que as redes de sociabilidade foram construídas por mulheres negras com o ensejo de criar estratégias de sobrevivência e, também adquirir um espaço onde pudessem se expressar utilizando o bojo do catolicismo para que não sofressem tantas reprimendas. A esse respeito, Moraes (2012) que destaca a irmandade dos pretos de Goiás demonstra que na irmandade os papéis exercidos pelas mulheres eram enaltecidos e não subalterno a classe branca.

No âmbito das Irmandades de Pretos de Goiás, por exemplo, há a presença de mulheres nas mesas diretivas, que atuavam como rainhas, juízas, juízas de ramallete, irmãs de mesa, mordomas, princesas entre outras funções, que não existiam nas Irmandades exclusivas de pessoas brancas (Moraes, 2012).

Essas irmandades eram formadas por negros escravizados e também por negros livres, que se reuniam para praticar a religião católica e para realizar diversas atividades sociais e culturais. No entanto, com a demolição da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, da Cidade de Goiás em 1883, houve um certo enfraquecimento dos escravizados em prol de sua autonomia. Para ressaltar esse enfraquecimento, Gallais (1942) elenca os fatores que colaboraram:

Quando os primeiros missionários chegaram a Goiás, em 1883, a Irmandade dos Negros ainda existia, mas em grande decadência. Havia muito que as minas da Califórnia, da Austrália, do sul da África, exploradas com todos os aperfeiçoamentos que a ciência, excitada pela cobiça, pudera inventar, causaram o abandono das do Brasil, sobretudo as de Goiás. Só se falava delas como de um fato histórico muito afastado no tempo. Por outro lado, em virtude de certas disposições legislativas proclamando a extinção progressiva da escravidão, o número de escravos havia diminuído muito. Efetivamente, a igreja do Rosário estava quase vacante e, esperando que o seu sucessor, D. Duarte Silva, suprimisse pura e simplesmente a Irmandade dos Negros, D. Gonsalves entendeu entregar sua igreja aos missionários. Tomaram esta posse dela, ao mesmo tempo que de uma casa que lhe ficava contígua (Gallais, 1942, p. 71 – 72).

Todavia, mesmo dentro desse espaço, as irmandades de pretos não escaparam das intervenções e olhares desconfiados dos grupos dominantes, como o clero. Muitas vezes, essas irmandades eram vistas como uma ameaça à ordem social estabelecida, e seus membros eram

perseguidos e punidos por suas atividades. A demolição da Igreja do Rosário e a transferência da capital para Goiânia foram momentos marcantes na história da cidade.

O afastamento das pessoas pretas do centro histórico tem como palco a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, sendo permeado pela sua demolição em 1883 e, também, pela sua reconstrução 1932: “Sua reconstrução em estilo neogótico a partir de 1932 representou o silêncio de memórias, identidades, cultos, festas e das lembranças da Irmandade negra, em ameaça de se extinguir a partir de 1883” (Prado, 2014, p. 172).

As consequências deste afastamento foram as migrações destes para as áreas periféricas da cidade, iniciando de certa forma o êxodo dos remanescentes de escravizados, pois assim o centro histórico estaria de fato nas mãos dos detentores do poder na era da sociedade colonialista.

Nessa conjuntura, o preconceito, a discriminação e a segregação se tornam presentes com o propósito de garantir a manutenção das desigualdades sociais, pois o preconceito quase sempre está vinculado aos estereótipos negativos sobre um grupo, ou de pessoa ou a indivíduo. A discriminação acontece quando o preconceito é elevado a um patamar superior, quando o preconceito deixa de ser um discurso e passa a ser uma ação, enquanto a segregação coloca fronteiras sociais, ideológicas e geográficas para excluir um grupo e negar a ele um tratamento de igualdade.

Um reflexo dessa desigualdade se deu na ocasião do *apartheid* na África do Sul, como também em outros países com o intuito de dividir brancos e negros para separá-los geograficamente, socialmente e institucionalmente. Isso ocorre claramente em nossa sociedade em especial nos bairros periféricos, quando a infraestrutura é precária falta de acesso ao saneamento básico aos serviços de saúde e educação: “Mais do que um conjunto de legislações restritivas, o sistema era referência a uma complexa ideologia somada a uma série de práticas que visavam legitimar diferenças sociais e desigualdades econômicas em todos os aspectos da vida cotidiana” (Beinart; Dubow, 1995, p. 4).

A participação das mulheres nas irmandades, propiciam de forma significativa a reconstrução de suas identidades na busca pela sua territorialidade. Desse modo a irmandade proporcionou que as mulheres pretas pudessem exercer um papel fundamental sem os estereótipos que a designava para o papel de escravizada que realizava somente atividades

subalternas.

2.3. A SEGREGAÇÃO RACIAL E A PERSISTÊNCIA DAS DESIGUALDADES

Essa segregação racial segue o modelo adotado pelo colonialismo em Goiás. Dessa forma, as pessoas pretas recebiam o tratamento conforme a classificação de sua cor. Ou seja, a sua cor o qualificava, para a elite branca, a cor definia um indivíduo e direcionava onde as pessoas pretas deveriam estar:

Em Goiás, os africanos eram designados pretos. Sua presença marcante é atestada na importância da atribuição colonial (cor, procedência e grau de liberdade). Veremos que todo mina era preto, mas nem todo preto era mina. A cor (preto) e a procedência (mina, angola) estavam presentes na documentação e inscreviam a inserção do africano no tráfico atlântico (Loiola, 2009, p. 38).

Nesse panorama, para embasar essa afirmação Loiola (2009), segue explicitando que na documentação eclesiástica estão descritas essas qualificações especificando as pessoas libertas e cativas:

A documentação eclesiástica, existente nos arquivos de Goiás, é farta em abordar qualificações que dizem respeito à cor dos indivíduos, escravizados e libertos, e é a ela que nos reportamos para evidenciar a importância da atribuição colonial na Capitania dos Guayazes (Loiola, 2009, p. 39).

Essa documentação nos permite compreender como a cor da pele era utilizada como critério para a classificação social e econômica das pessoas naquela época. Infelizmente, muitas vezes essa classificação estava diretamente relacionada à escravidão e à exploração desses indivíduos. Contudo, é importante ressaltar que a análise desses registros pode nos ajudar a compreender melhor as dinâmicas sociais e econômicas da época e a refletir sobre a importância da luta contra o racismo em nossa sociedade atual. Devemos valorizar as diferentes culturas e etnias presentes em nosso país.

Em relação aos registros de pessoas escravizadas em Goiás, Palacin, citado por Silva (1974, p. 23) é o que melhor esclarece esse levantamento:

Referindo-se sobre o primeiro levantamento estatístico regional de (1804) que parece ser o primeiro a indagar no total a população nestas terras, esclarece que os escravos representavam 42 por cento da população, constituindo-se os mulatos da metade dessa população. Devido ao estancamento da importação de negros e ao acentuado processo de miscigenação.

Ao analisarmos o contexto do povo negro verifica-se que em sua maioria eram vistos como propriedade de pessoas das elites. “As mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativos, para os proprietários de escravos eles poderiam ser desprovidos de gênero (Davis, 2016, p. 24). A maioria das mulheres escravizadas sofriam diversos abusos e eram classificadas como reprodutoras, semelhantes aos animais, seus filhos eram afastados para servirem de pajens, ou vendidos para serem explorados em outras regiões.

Ângela Davis, em seu livro *Mulheres, Raças e Classes* (1981), faz uma análise crítica e reflexiva sobre a mulher negra nos Estados Unidos cuja a semelhança com os escravizados do Brasil, a nosso ver, é notória. No decorrer do livro, narra-se que a mulher era explorada tal como o homem, destituída dos códigos de fragilidade de outras mulheres.

Logo, ao analisarmos documentos históricos presentes nos arquivos do Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás - Museu do Judiciário Goiano localizado na Cidade de Goiás, é possível verificar que a maioria das mulheres vivem a exploração de gênero, em especial, a sexual. Só conseguiam aparecer em registros oficiais quando cometiam crimes, ou quando era objeto de herança.

Algumas das citações sobre escravizados, encontra-se presente no Catálogo do Acervo Centro de Memórias do Poder Judiciário do Estado de Goiás, elaborado pela pesquisadora Laylla Nayane Dias Lopes em 2023. Ele apresenta registros que confirmam como os negros eram tidos como objetos:

Sendo um processo datado de 1862 que consta a partilha de escravizados homens, mulheres e crianças no qual especifica as características e o preço atribuído a cada escravizado, no segundo processo no ano de 1875 consta uma ação penal de uma escravizada contra o seu proprietário por maus tratos, a escravizada não obteve êxito e o processo foi arquivado. Um terceiro foi um inquérito policial em 1878, onde o proprietário alegava o suicídio de um negro. O último trata-se de uma ação de libertação de escravizados pelo Fundo Municipal de Emancipação em 1886 é possível verificar que existem diversos processos onde constam os valores recebidos nas indenizações. (Lopes, 2023 s/p.)

Esses registros aconteceram na cidade de Goiás em uma época em que o colonialismo imperava. As pessoas negras não tinham direito de gerenciar a sua vida. No caso das mulheres, era inconcebível que elas emitissem qualquer opinião a respeito do tratamento recebido. Embora os registros escritos sobre os escravizados no poder judiciário nos remetam à ideia que eram citados apenas como objetos, as narrativas orais das mulheres quilombolas nos dizem o contrário. Segundo o teor das entrevistas, seus ancestrais deixaram seus legados culturais que hoje são vivenciados por meio da luta, da resistência e, também, como expressão artística com enlevo a memória dos que por muito tempo foram silenciados.

O racismo colonialista forjado em mais de 350 anos de escravização ainda domina o Estado e impregna a mente e as ações das elites políticas e econômicas do nosso país, mas que rompeu os grilhões da escravização com a força do nosso povo não deixará de lutar, mesmo quando as condições se mostrarem adversas (Carneiro, 2021, p. 36).

As lutas das mulheres contra a hegemonia imposta pelo modelo escravista não tiveram grande repercussão, nem se atribuiu o valor da participação feminina neste cenário. Porém, Werneck (2010, p. 80) salienta que estas lutas “tiveram expressiva participação expressiva de mulheres em diferentes posições, especialmente, a partir de sua capacidade de circulação entre diferentes grupos”. Nos conflitos e nas práticas de resistências contra as opressões racistas, o Estatuto da Igualdade Racial Lei nº12.88 de 20 de julho de 2010 é uma afirmativa do Estado para promover a igualdade racial, em especial, para a comunidade negra, tem como finalidade: “Artigo 1º. Institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”.

As questões que envolvem a raça e a etnia estão cada vez mais complexas e, muitas vezes, controversas. As palavras raça etnia diferem e são aplicadas em diferentes contextos. De modo geral, a raça é ligada a fatores biológicos, já a etnia se relaciona as características de comunidades ou grupos, sendo vista em seus aspectos socioculturais.

As distintas perspectivas com as quais os conceitos de etnia e de raça foram abordados refletem, por certo, modelos de manipulação destes preceitos de forma coerente com os anseios dos grupos hegemônicos. Assim como o branco colonizador evidenciou diferenças étnico-raciais entre o indivíduo europeu e os povos subalternizados, a elite branca contemporânea atua em um processo de tentativa de mascaramento da diversidade étnica e racial da população, como estratégia para evitar o crescimento do debate pela formulação de políticas de redução do déficit histórico imposto para tais

sujeitos (Rotondano, 2019, p. 149).

Nesse contexto, essa manipulação classificatória entre raça e etnia contribui para que houvesse mais formas de preconceitos, já que quando uma raça quer se sobrelevar a outras demonstrando superioridade gera conflitos sociais que perpetuam por longa data, a “cor é uma categoria racial, pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a ideia de raça que orienta essa forma de classificação” (Guimarães, 2008, p. 76,77).

O discurso da exaltação da raça, de um povo e dos valores transmitidos por gerações nos remete a uma reflexão sobre as narrativas que não estão elencadas nesse rol são visualizadas como a criação de estereótipos como forma de classificar de forma negativa uma ideia que foge aos padrões estabelecidos socialmente. Assim,

o que se nega ao sujeito colonial, tanto como colonizador, é aquela forma de negação que dá acesso ao conhecimento da diferença. É aquela possibilidade de diferença e circulação que liberaria a significante pele/ cultura das fixações da tipologia racial, da analítica do sangue, das ideologias de dominação racial e cultural ou da degeneração (Bhabha, 1998, p. 117).

Ao darmos seguimento nessas análises, é preciso elencar sobre a Lei número 7.716/1989 cujo teor ressalta as questões pelas quais a discriminação e preconceito se configuram crime quando se distingue uma pessoa pela cor, pela procedência nacional, pela religião, pela raça e etnia. No artigo 5º da Constituição Federal de 1988, a prática do racismo construí crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei.

As mulheres negras e pobres que são retratadas em nossa pesquisa sofrem um triplo preconceito de raça, de gênero e de classe social. Esse tripé ganha visibilidade no quilombo, pois presenciamos mulheres que chefiam suas casas, trabalham em casas de famílias, em comércios, servidoras públicas e por consequência em sua maioria ganham menos que os homens. Scott (1992) reflete sobre essa questão de gênero no contexto das relações macho/fêmea:

Amplia o foco da história das mulheres, cuidando dos relacionamentos macho/fêmea e de questões sobre como gênero é percebido, que processos são esses que estabelecem as instituições geradas, e das diferenças que a raça, a classe, a etnia e a

sexualidade produziram nas experiências históricas das mulheres [...]. (Scott, 1992, p. 88).

Ao analisarmos algumas narrativas das mulheres do quilombo Alto Santana, notamos um certo anseio na valorização de suas raízes indenitárias, explicitando a necessidade de relatar os enfrentamentos vivenciados pelos seus ancestrais, com o firme propósito em dizer que estão superando o arcabouço imposto pelo preconceito de gênero e raça em nossa sociedade.

2.4. A ABOLIÇÃO E SEUS EFEITOS: A REINVENÇÃO DAS MULHERES NEGRAS

A abolição foi um marco importante em nossa historiografia, em especial quando nos referimos a mulher e sua resistência ao sistema rígido imposto, ao ao fazermos um paralelo na linha do tempo percebemos que após a abolição as mulheres continuaram sendo excluídas pois a condição de ex escrava continuava latente agora embuída de novos adjetivos de cunho pejorativos, pois as questões de gênero e raça ficaram mais afloradas demonstrando a desvalorização da mulher negra para a sociedade colonialista.

Algumas pesquisas já existentes mostram que essas mulheres transitavam pelas ruas, trabalhando aqui e ali, como verdureiras, quitandeiras, costureiras, arrumadeiras, entre outros afazeres; mulheres de uma classe social que as mantinha tradicionalmente ligadas ao costume do concubinato ou a uma existência de mães solteira pobres, distanciadas, com raras exceções, dos casamentos oficiais mediados pela igreja. (PAPALI, 2003: 155).

No decorrer da pesquisa, através das entrevistas, ficou evidente que as mulheres do quilombo passaram e passam por vários enfrentamentos que correspondem, em sua maioria, a desigualdade social, ao racismo, a violência de gênero e raça.

Outrossim, isso não impede que elas assumam a sua identidade, haja vista o ensejo de resgatar antigos valores vivenciados na memória das gerações mais antigas passam a dar mais significado a sua identidade atual. Essa compreensão do passado e da sua historicidade revela um conjunto de experiências que colaboram com a reconstrução de sua identidade permeada pela valorização de sua ancestralidade.

Nesse processo de reconhecimento de sua identidade, é importante salientar que,

segundo o Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que existem 1.327.802 quilombolas em todo o país. A maior parte dessa população, 68,2% (905 mil pessoas), vive em Estados do Nordeste brasileiro. Ao todo, os territórios quilombolas estão em 1.696 municípios. O censo revela, ainda, que no Estado de Goiás a população quilombola ultrapassa 30 mil pessoas. Na cidade de Goiás, no quilombo Alto Santana, segundo as estimativas, há aproximadamente 737 registros de indivíduos quilombolas.

Esses registros do IBGE demonstram como os quilombos vem resistindo através dos tempos para manutenção da sua identidade cultural e também para que as memórias adquiridas não sejam silenciadas. Ao referirmos ao quilombo, devemos também ressaltar a luta e a resistência das mulheres que historicamente tem desempenhado um papel fundamental em sua organização política, econômica e social. Um dos embates históricos que se constitui um empecilho nas lutas pela construção da identidade de uma população negra é a questão racial que por consequente promove a desigualdade racial.

[...] a desigualdade e a segregação raciais são temas que dialogam entre si, pois os diferenciais de renda e de acesso a ocupações de maior prestígio segmentam o mercado de trabalho a partir de características adquiridas ao longo do ciclo de vida – tais como escolaridade, experiência, idade; valores morais e redes de influência, vulgarmente denominada capital social; e também características atribuídas por terceiros –raça, gênero, beleza, saúde, inteligência, riqueza, origem e etnia (Silveira & Muniz, 2014, p. 266).

A maioria das mulheres, para conseguir manter a sua prole e exerciam funções consideradas subalternas embora realizem trabalhos tão ou mais árduos que os homens, lavavam roupas de ganho, faziam panelas e outros utensílios usando a cerâmica. Essas mesmas mulheres faziam quitandas para vender e realizavam trabalhos domésticos nas casas de pessoas abastadas. Mesmo assim, a possibilidade real delas conseguirem um salário condizente ao homem é pouco provável. Nesse sentido,

no que tange à realidade das mulheres negras, a vivência nas ruas sempre se deu de forma extensiva. Longe das prescrições de proteção projetadas sobre os corpos femininos brancos, a circulação pelo espaço público ocorreu como resultado da exploração direta, nos marcos da escravidão, e da necessidade da garantia do sustento de uma forma mais ampla (Flauzina; Pires, 2020, p. 80).

Na comunidade quilombola do Alto Santana, encontramos um número considerável

de mulheres que exercem serviços nos mais variados setores. Nas entrevistas realizadas, ao analisarmos o perfil dessas mulheres, identificamos as profissões: garis, empregadas domésticas, vendedoras, artesãs, agentes comunitárias de saúde, professoras, autônomas, estudante universitárias, aposentadas, quitandeiras e técnicas de enfermagem.

Muitas dessas, que já foram lavadeiras de roupas, são mulheres que buscam seu aprimoramento profissional, pessoal e também a constituição de sua identidade e de sua memória afetiva com o território onde residem. Todas apresentam características próprias e distintas, porém com o sentimento de orgulho da luta e da resistência de seus ancestrais.

Por conseguinte, no Brasil houve, várias tentativas de apagar as histórias do povo negro, das comunidades quilombolas e dos indígenas por meio de práticas de violência fundantes de nosso país que se dão de muitas formas, seja pelo apagamento das histórias, pela não demarcação de terras pelo silenciamento das pessoas. Assim, é possível perceber a luta e a resistência, em especial, das mulheres para preservar seu lugar, sua identidade e manter suas crenças e tradições que permanecem enraizadas em suas entranhas. Logo,

para nós, é importante novamente destacar as imbricações de gênero, entendendo como esses espaços são mais precisamente uma representação acurada da imagem que se projeta sobre as mulheres negras em nossa sociedade. Em termos simbólicos, fica claro que as favelas, as palafitas, as comunidades, os loteamentos e os demais aglomerados negros urbanos que se definem pela precariedade são os lugares em que a expressão da máxima violência e seu consequente silenciamento são possíveis (Flauzina; Pires, 2020, p. 82).

Torna-se evidente que as questões de gênero e raça estão tão entrelaçadas que se torna quase impossível separá-las. Entretanto, é notório que essas questões estão sendo debatidas de forma mais eloquentes nos diversos palcos, em especial no campo científico. Os pesquisadores estão cada vez mais convencidos de que esses laços precisam ser cortados de forma definitiva. Nesse diapasão, as mulheres negras têm se recusado a se render a todas as formas de exclusão que o racismo e o sexismo impõem com a intenção de rebaixar a dignidade humana nas dimensões sociais, profissionais, entre outras. Por essas e outras razões,

ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão

de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (Carneiro, 2003, p. 119).

No entanto, ainda convivemos com essas disparidades que privilegiam uma raça em detrimento de outra em nossa cidade, que carrega em si comportamentos do modelo colonialista no qual o preconceito e o racismo permanecem. Basta termos um olhar mais apurado e sensível e andarmos pelos arredores da cidade. As mulheres quilombolas, em sua maioria ora são oprimidas, ora desafiam os conceitos socialmente atribuídos a elas quando estão afirmando a sua identidade. No que tange essas questões, recorreremos às reflexões de Collins ao afirmar que a “raça, classe ou gênero podem estruturar uma situação, mas podem não ser igualmente visíveis e/ou importante no auto definições das pessoas” (Collins, 2015, p. 18-19).

Almeida (2018), por exemplo, explica que “o preconceito deve ser entendido com a construção e definição de conceito sobre determinada pessoa ou grupo, estabelecida por fatores históricos e sociais, o conceito de raça não é estático, mas dependente das vigentes relações dos grupos sociais. “ A entrevistada wylliandriely Silva Almeida, de 25 anos estudante e agente comunitária de saúde resalta as dificuldades em ser negro e ter visibilidade em uma sociedade excludente e machista: “Ser quilombola significa, para mim, a resistência, a força né, porque vem de antepassados no caso a minha avó, tudo para o negro era muito complicado, difícil mesmo, agora que o negro está tendo visibilidade aqui no quilombo” (2023).

Almeida (2018) faz uma definição acerca do racismo e suas implicações que afetam a sociedade em especial as pessoas pretas que, por sinal, são as mais atingidas em detrimento de outros grupos sociais:

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para os indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertence (Almeida, 2018, p. 25).

É importante compreendermos o gênero como elemento constitutivo nas relações sociais, uma vez que além do racismo velado, as mulheres são as que mais sofrem com as diferenças de gênero nos mais diferentes seguimentos sócios. Isso nos leva a refletir sobre a própria noção de gênero, ao passo que

O termo “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” – a

criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (Scott, 1995, p. 75).

A colonialidade do poder é determinante enquanto uma categoria social de gênero que impõe, que manipula e coage. Essa faceta de exclusão está vinculada ao preconceito de gênero que subalterniza as mulheres colocando -a numa posição inferior ao homem. Marinho (2023, p. 11) entende que

A principal denúncia desse grupo é que essa dinâmica de organização social colonial-moderna assume uma compreensão patriarcal e heteronormativa, das disputas pelo controle do sexo e da sexualidade, do trabalho, das subjetividades, da natureza, da autoridade e de seus recursos e produtos.

No quilombo Alto Santana, é perceptível que as mulheres já lutavam arduamente contra essa dinâmica de organização social. Elas já conseguem vislumbrar expectativas e criam condições para impor a sua identidade de mulher preta e empoderada. Mesmo as mulheres mais idosas conseguem refletir sobre como eram submissas ao pais e esposos, mas ao mesmo tempo tinham que trabalhar muito. Na reflexão de dona Delice (85 anos), podemos confirmar que as mulheres, apesar da submissão, eram o arrimo e sustentáculo de seus lares: “Alguma mulher até tinha marido, mas não podia contar com eles não minha filha, era só elas e os filhos, era as mulheres que batalhavam muito”. Além disso,

Outra questão a ser pontuada é a ausência ou dificuldade em encontrar dados, registros e fontes que atestem a real participação dessas mulheres negras na construção da História do Brasil. Por vezes, essa lacuna de dados é usada para indicar a irrelevância desse grupo, mas é preciso considerar que enquanto grupo subalternizado, não houve interesse das instituições de memória em preservar o registro dessa participação, logo, presumir a ausência de atividade por causa da ausência de fontes, significa contribuir para o silenciamento, invisibilização e subalternização desse grupo. (Thais, 2023, p. 12).

Não obstante, essa dificuldade da mulher preta ser arrimo de família e em muitas ocasiões exercer atividades braçais, as vezes carregando sua prole para os rios para contribuir com o sustento em busca de lenhas para fazer seu alimento, é uma constante. Elas ainda precisam lidar com o silenciamento e apagamento das memórias de seus ancestrais. Contudo, para agravar mais as dificuldades das pessoas negras, surge o mito da democracia racial, que é uma das ideologias mais inclementes do ponto de vista de produzir efeitos degradantes sobre

um determinado grupo. Perante a lei, somos todos iguais, independente da raça, da cor, do credo religioso ou classe social a qual pertencemos. Dessa forma, é preciso acabar com a farsa da democracia racial desmascarando as falácias que as englobam, pois com o avanço das questões raciais, a noção de branquitude passa a ser questionada porque sempre foi tida como superior à negra.

A experiência da resistência quilombola aconteceu em todo o território brasileiro, sendo uma forma impetuosa ao movimento da escravização. As pessoas negras se reorganizaram politicamente com a intenção de se livrar da escravização e de todos os malefícios trazidos por ela. Desse modo, as questões de raça e gênero não envolvem somente o viés do ponto de vista biológico. Os fatores políticos têm maior prevalência pois suas disparidades relativas a desigualdades raciais são mais pungentes na sociedade.

A questão do movimento negro feminista é um fator preponderante que colabora para o protagonismo das mulheres negras pois trazem contribuições significativas para expandir as convicções feminismo na luta e na resistência com as múltiplas formas de opressão.

Os quilombos resistem há séculos á violência racista do Estado brasileiro e de agentes privados detentores do poder. A luta negra quilombola está representada nos quilombos que até hoje lutam por igualdade social, racial e de gênero (Carneiro, 2021, p. 31).

Por ser mulher negra, para alavancar e atuar no meio social, as mulheres são obrigadas a construir projetos e propostas para poderem vencer essa tripla contradição que as mulheres negras estão submetidas, já que envolvem a discriminação de gênero, raça e classe que se sobrepõe para que elas fiquem em um plano inferior perante a sociedade branca. Na concepção da senhora Roselane Mendes dos Santos, de 55 anos, moradora do quilombo e atual presidente, ser mulher quilombola é símbolo de luta, de resistência de aprendizagem e de histórias que foram contadas pelos seus ancestrais. Em suas palavras,

Ser quilombola é uma luta que a gente tem, são tantas histórias sofridas... para mim é uma conquista ter na cidade de Goiás um quilombo de pessoas que foram escravizados.

Olhar para trás ver o quanto foi sofrido, o meu pai deu cobertura para um escravo que fugiu, é uma luta grande para ter chegado até aqui, uma cultura que vem tentando conhecer, não conheço tudo, mas estou estudando e aprendendo. (Roselane Mendes 2023).

As mulheres do quilombo Alto Santana atuam na comunidade incentivando as demais

peças a serem ativas nos movimentos que agregam valor nas práticas culturais existentes, nas ações de melhoria para a comunidade, nas participações junto a secretaria de igualdade racial, nos projetos com as escolas e universidades.

Nos quilombos os valores culturais, sociais, educacionais e políticos são transmitidos aos mais jovens pela oralidade, as mulheres quilombolas tem um papel fundamental na transmissão e na preservação das tradições locais. São as mulheres quilombolas que desempenham um papel central, estabelecendo vínculos de solidariedade e transmitindo experiências (Carneiro ,2021, p.36).

Figura 09 - Mulher quilombola valores culturais



Fonte: Acervo da autora, 2023.

A imagem representa a mulher quilombola, em sua essência mais singela ao transmitir valores e saberes nas práticas culturais. As mulheres do quilombo Alto Santana têm histórias para contar, tem memórias e costumes que foram deixados pelos seus ancestrais e possuem, ainda, histórico de violência de raça e de gênero. Ademais, o essencial permanece na vontade de lutar por melhores condições de vida, de reconhecimento e de valorização de um povo que ainda luta cotidianamente para vencer os obstáculos. Na imagem acima, trazemos a senhora Romilda Mendes dos Santos, de 69 anos, foto tirada no final de tarde na ocasião da entrevista com seus bordados e suas histórias. Retratamos ainda a imagem da artesã e doceira Celene cardoso de 54 anos que representa inúmeras mulheres quilombolas.

A comunidade vilaboense tem adquirido consciência crítica e reflexiva sobre a

importância da comunidade quilombola em nosso município, portanto tem buscado instrumentos que possa assegurar o direito das pessoas afrodescendentes, em 2021 instituiu-se a criação da secretaria Municipal da mulher, Juventude, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEMJIDH) que dentre várias alternativas para a minimização do preconceito racial, propõe a oferta da inclusão social, visando a possibilidade de rompimento com o racismo e desigualdade de gênero. Além deste instrumento em 2023 foi criado o Conselho Municipal de promoção da Igualdade e Equidade Étnico –Rracial com ênfase em viabilizar e garantir que as políticas públicas sejam de fato efetivadas.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS SABERES E FAZERES

Neste item, apresentamos as discussões teóricas e metodológicas acerca das políticas do patrimônio cultural, que incluem os saberes e fazeres populares, e os contextos históricos das mulheres que praticam a medicina tradicional, arte de trançar cabelos, arte com cerâmicas e o ofício com a lavagem de roupas do quilombo Alto Santana na cidade de Goiás. Trazemos, também, os conceitos e metodologias que serviram de base para realização da pesquisa, bem como as etapas de campo planejadas para coleta de dados, o levantamento preliminar das/os detentoras como intuito de preservar e valorizar o bem.

A Constituição Federal de 1988 constitui um marco dessa referência no campo do patrimônio cultural. O texto incorpora a compreensão de que a cultura deve ser pensada no campo da multiculturalidade, pois retrata as diferentes manifestações realizadas, elaboradas e organizadas por diversos segmentos sociais brasileiro, considerando toda a sua diversidade, e tem como imposição que esses saberes e fazeres devem ser conhecidos por todos.

No parágrafo 1º, define-se a responsabilidade delegando-a ao poder público, em regime de colaboração com a comunidade, a promoção e a proteção do patrimônio cultural. Já no inciso § 1º, o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. [...]

No artigo 216, há a prerrogativa de definição do patrimônio que deverá ser preservado pelo poder público, em consonância com a comunidade, bem como dever proteger o patrimônio cultural brasileiro utilizando os inventários, os registros, a vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação. Todos esses itens estão presentes no inciso 1º do referido artigo.

Nesse mesmo artigo, reconhecem-se os bens de natureza imaterial ao explicitar que esses expressam ou revelam a memória e a identidade das populações. Desta forma, a partir desse contexto, o artigo 216 constitui-os da seguinte forma:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988 s/p).

Para alavancar esse processo, foram sendo instituídos outros instrumentos com o intuito de proteção aos bens culturais, tais como o decreto nº 3551, de 2000, que “institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências”. No afã de conhecer e proteger os bens de natureza imaterial, destacamos o registro de um instrumento de suma importância para campo do patrimônio cultural material, que foi instituído pelo Art. 1º do Decreto nº 3.551/2000:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. § 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (Brasil, 2000 s/p)

Dessa forma, a preservação dessas referências culturais e sua continuidade histórica são relevantes para a memória e a identidade do povo brasileiro. Mais especificamente no quilombo Alto Santana, essas referências culturais estão latentes. Lá, as pessoas estão colocando em evidência, já que tem surgido diversas oportunidades para demonstrá-las, em especial, no eventos de comemoração a consciência negra. Achamos oportuno salientar que não é somente nessas ocasiões que tais práticas são conhecidas. Elas são antigas e realizadas pelos ancestrais, uma vez que já fazem parte da vida cotidiana dos moradores como exemplo o uso

da cerâmica, os medicamentos caseiros, a lavagem de roupas e as folias de reis.

Ao relacionarmos o patrimônio ao nosso objeto de pesquisa, é preciso que saibamos reconhecê-lo como fundamental e compreendê-lo de forma crítica e reflexiva e não apenas contemplativa. A nosso ver, o saber, o fazer, criar e recriar presente nas comunidades quilombolas podem ser considerados como arte, sendo uma forma de trabalho digna e honrosa. Essas práticas envolvem o resgate da memória de uma família, o modo de ser e de pensar da mulher, da mãe, bem como demonstram a cultura de um povo.

Os saberes, como a identidade, não são estanques, muito menos herméticos. Cada mestre acrescentará ao saber adquirido determinados traços de sua maneira de realizar a técnica em questão, imprimindo, através do uso de sua autonomia referente ao método, um estilo próprio no produto final, constituindo o segundo traço fundamental da maestria (Costa, 2012, p. 76).

A socialização dos indivíduos é construída por meio de processos com representatividade nas interações sociais. Segundo Strey (2002, p. 59), cada sujeito ao nascer “encontra-se num sistema social criado através de gerações já existentes e que é assimilado por meio de inter-relações sociais”. Os saberes culturais são representados ao longo do tempo pelo modo de vida, sendo manifestados pelas vivências, pelas narrativas, nas comunicações verbais, nas atividades de trabalho, nas práticas de socialização entre as pessoas e os lugares.

Desse modo, as atividades desenvolvidas por mulheres no quilombo, a princípio, foram para o sustento e manutenção familiar. Elas criavam os objetos com cerâmicas, penteados, danças, fabricação de medicamentos, comidas típicas, etc., que se constituem como bem cultural, tendo em vista que retratam os hábitos e costumes de determinados grupos. Ramos (2003, p. 265) explícita que “as culturas penetram o indivíduo [...] da mesma forma que as instituições sociais determinam estruturas psicológicas [...] o homem pensa e age dentro do seu ciclo de cultura”.

As atividades desenvolvidas na comunidade quilombola do Alto Santana podem ser relacionadas às questões vinculadas ao patrimônio cultural imaterial, uma vez que englobam as “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. (Artigo segundo Textos base Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio

Cultural Imaterial).

É imprescindível a preservação cultural da memória e da identidade de um povo, pois é por meio destes saberes e fazeres que esse empreendimento adquire significado para as famílias que foram marcadas por esta forma de prover o seu sustento. Mas, também, essa preservação demonstra que a arte sobrevive e perpassa os muros da tecnologia e que ainda hoje fazem lugar de memória, de pertencimento de identidade.

Por essa razão, é preciso considerar a educação patrimonial como orientadora desse processo que emancipa determinados grupos com a intencionalidade de referenciar os movimentos quilombolas como os saberes e fazeres das mulheres que ocupam o quilombo Alto Santana como forma de valorização e reconstrução das identidades.

A educação quilombola tem preceitos previstos na legislação que ressaltam a importância do povo negro, seu legado e sua história. Nesse ínterim, é preciso ressaltar que foram mais de três séculos de escravidão no Brasil e 132 anos pós-abolição em que foram incluídos os saberes da população negra. Assim sendo, “o processo de educar-se, no caso das pessoas negras, [...] implica a formação da consciência racial que se estende pela vida e se fortalece no engajamento em iniciativas de combate ao racismo (Silva, 2015, p. 164).

Portanto, é necessário explicitar que o termo educação patrimonial é de uso recente, sendo empregado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a partir dos anos de 1990. Apesar de ser de uso recente, a expressão educação patrimonial, na prática, já vem ocorrendo, porém não consideravam uma série de aspectos que hoje se constituem como elementos primordiais, que incrementam a cultura das comunidades dos povos afro-brasileiros. Segundo Bezerra (2016, p. 63):

A educação patrimonial é uma dimensão da educação cujo principal objetivo é promover a sensibilização sobre a importância do patrimônio, e de sua preservação na formação de sujeitos de sua própria história que atuem na reafirmação de seus direitos e no fortalecimento de sua cidade. Neste sentido a educação patrimonial tem um caráter transformador e emancipatório.

O patrimônio cultural é um fluxo contínuo de movimento que se articula com a memória e a identidade de um povo ou nação. É imprescindível aliar as práticas culturais oriundas dos quilombos com a educação patrimonial. Tolentino (2016, p. 43), por sua vez, faz

uma crítica sobre a forma que a educação patrimonial tem sido colocada no âmbito educacional:

Na educação formal, por exemplo, é muito comum, quando se pensa em educação patrimonial, a prática de se levar os alunos ao centro histórico da cidade. Geralmente esses estudantes saem do ambiente escolar sem qualquer reflexão sobre suas próprias referências culturais, sobre o local onde moram ou sobre o entorno da escola.

Com o advento da constituição de 1988, muitos avanços e benefícios foram revelantes para a estruturação dos quilombos. No artigo 68, na isposição transitória dá o direito de propriedade de terra aos remanescentes quilombolas, a partir de então, inicia-se um intenso percurso legal para tratar da educação quilombola. Inicia-se com a constituição de 1988, que reconheceu as comunidades quilombolas em suas essências culturais e sua importância e valorização. Esse avanço, apesar de constituir um marco legal que contribuiu de forma produtiva para garantir vários direitos, por si só não é suficiente. É preciso o aporte de outras instâncias das esferas públicas, federais, estaduais e municipais, além dos esforços dos vários autores envolvidos nesse processo.

A LDB de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) reconhece a educação quilombola como uma modalidade da educação. Após LDB sofrer algumas alterações como a lei 10.639/2003 que estabelece a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", a lei 11.645/2008 ampliou a valorização da cultura afro-brasileira e indígena, sendo obrigatórias nos estabelecimentos públicos e privados de ensino.

Temos, ainda, a resolução 08/2012 do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que trata da educação quilombola nos aspectos que englobam; memória coletiva, das línguas reminiscentes, dos marcos civilizatórios, das práticas culturais, das tecnologias e das formas de produção de trabalho, dos acervos e repertórios orais, dos festejos, usos, tradições e demais elementos que confirmam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país, da territorialidade.

Apesar de todos esses marcos legais que compõem a legislação brasileira, apenas em 2012 foi possível, por meio de uma resolução que tem como elemento primordial, solucionar a problemática desta modalidade de ensino, centrado nas questões que envolvem a cultura da matriz africana e afro-brasileira, explicitando a forma de como deverá ser aplicada dentro de suas especificidades e características próprias.

Nessa perspectiva, para instituir a educação patrimonial nas comunidades quilombolas é preciso que se respeite as normativas e as leis da modalidade de ensino quilombola já elencadas, pois não teria viabilidade se os agentes detentores do saber não conseguirem enxergar com clareza quais os aportes fazem desta comunidade um celeiro cultural representado pela dança, na arte com a cerâmica, nos festejos religiosos, nas tradições locais do saber fazer.

No entanto, é preciso contextualizarmos sobre os conceitos de cultura e como podem influenciar no modo de ser e fazer de determinados povos, a cultura é um ato de interpretação do mundo, interpretar é apropriar se.

A cultura é um ato profundamente humano, cultura se faz por meio da diversidade entre os municípios, estados, cidades e territórios. Para Eagleton (2005, p. 184) “cultura não é unicamente aquilo de que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos. Afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional, prazer intelectual, um sentido de significado único”.

É necessário entendermos a pluralidade humana nos diversos espaços de vivências, bem como enxergarmos o patrimônio cultural relacionando-o a memória. Existem vários elementos e instrumentos que nos capacitam para contarmos a história. A esse respeito, o decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, conceitua a imaterialidade como bem cultural quando institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, viabiliza de acordo com IPHAN projetos de identificação e promoção na dimensão imaterial com respeito a preservação e ao uso desse patrimônio.

Para se trabalhar os saberes e as práticas culturais existentes no quilombo, é preciso identificar os valores que a comunidade considera importante para si e também para o coletivo. A competência Curricular Nacional (2012, p. 5), nos vários princípios da educação quilombola, explicita esses direitos já constituídos ao ressaltar a:

Realização de processo educativo escolar que respeite as tradições e o patrimônio cultural dos povos quilombola; a valorização da diversidade étnico-racial; o direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade.

Poderíamos elencar uma série de outros fatores que comprovam que os saberes e as práticas quilombolas culturais devem ser incorporadas a educação de tal forma que não restariam dúvidas sobre a importância dessas referências culturais para Brasil. Porém, o foco é

o reconhecimento, a valorização destas práticas culturais e o respeito a diversidade cultural.

No entanto, Paulo Freire (1980) se preocupava com as vozes silenciadas, esquecidas e via a educação como um princípio emancipatório do sujeito. O pensador ressalta a pedagogia libertadora como uma dialética de esclarecimentos e considera a visão de mundo do educando nos vários contextos históricos e sociais. Para ele,

o homem chega a ser sujeito por uma reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto. Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la (Freire, 1980, p. 35).

Freire destaca, ainda, que o ato de educar torna-se um ato de libertação, uma vez que, a seu ver, a educação é um instrumento de conscientização. A questão dialógica na visão freiriana prevalece ainda na atualidade, pois nos faz refletir como essas práticas contribuem para a transformação dos indivíduos ao permitirem rompimento com a educação elitista. Nessa prática freireana, considera-se, ainda, o estudo da realidade como um elemento gerador do processo emancipatório.

Relacionando o modelo de educação de Freire com a temática de nossa pesquisa, percebe-se que a educação patrimonial tem uma proposta muito próxima, pois ambas visam a emancipação do sujeito em suas práticas cotidianas. Mais uma vez, Freire destaca que (1996, p. 38) “a educação é uma forma de intervenção no mundo”.

Ao analisarmos sob esse ângulo, as comunidades remanescentes de quilombos necessitam ser compreendidas como um grupo social com características e identidades étnicas que os diferencia dos demais grupos que compõe a sociedade. A educação permite que elas sejam reconhecidas e tenham seus direitos efetivados por meio das políticas públicas vigentes e também pela valorização das culturas que integram os quilombos.

No quilombo Alto Santana, acontece uma espécie de ensaio que visa uma retomada das práticas culturais institucionalizadas por meio de alguns fundos provenientes da secretaria de cultura como uma forma de resgate “forçado” dessas práticas para que tenham certa visibilidade no cenário atual. Porém, as práticas culturais estão enraizadas na memória e na identidade dos membros da comunidade. Não adiantaria, então, fazer cultura sazonalmente e por conta de um evento garantir os insumos somente. É preciso fornecer subsídios para que

possam vivenciá-las constantemente, pelo sustento, mas também pelo prazer ensinando aos mais jovens a valorizar os saberes e fazeres dos homens e mulheres.

Diversos saberes e fazeres estão sendo realizados como: as oficinas de dança como a capoeira, dança do jongo, folia de reis, oficinas de cabelo-afro, os quitutes, as peças fabricadas com argila, a confecção de tapetes de cordão, os crochês, a confecção de cestos, medicamentos fitoterápicos expostos na feira, sendo que essa última foi criada com o intuito de que todos pudessem ter visibilidade e fortalecimento de suas raízes. Infelizmente, essa feira não obteve sucesso porque as pessoas não possuíam recursos para comprar os insumos necessários e dar continuidade aos afazeres.

3.1. SABERES E FAZERES MEDICINA POPULAR

Aqui, faremos uma abordagem mais detalhada sobre as práticas e os saberes cotidianos que englobam os saberes tradicionais realizados por mulheres, tais como os saberes medicinais a partir do uso de chás, xaropes, óleo medicinal, sabonetes e emplastos.

O conhecimento popular das práticas integrativas é muito importante e se manifesta nas comunidades quilombolas por meio do uso de plantas. A política Nacional de Plantas medicinais e Fitoterápicos do Ministério da Saúde de 2006 tem como prerrogativa a garantia as políticas de uso de medicamentos fitoterápicos com segurança e eficácia. Essa prática faz parte do cotidiano das mulheres quilombolas, sendo realizada há tempos incorporada a cultura local e tem sido repassada por gerações. Essa política explicita que:

Ampliar as opções terapêuticas aos usuários, com garantia de acesso a plantas medicinais, fitoterápicos e serviços relacionados a fitoterapia, com segurança, eficácia e qualidade, na perspectiva da integralidade da atenção à saúde, considerando o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais (Brasil, 2006, p.16).

É imprescindível ressaltar que a população negra sofre diversos preconceitos no que tange aos serviços de saúde. As práticas integrativas, por serem mais viáveis, são utilizadas com mais frequência. Porém, pensando em outros agravos a saúde desta população o Ministério da Saúde criou a Política Nacional de Saúde Integral a População Negra (PNSIPN) em 2017 com o propósito de amenizar as desigualdades presentes nos serviços de promoção a saúde, preconiza:

combater às desigualdades no Sistema Único de Saúde (SUS) e na promoção da saúde

da população negra de forma integral, considerando que as iniquidades em saúde são resultados de injustos processos socioeconômicos e culturais, em destaque, o vigente racismo que corroboram com a morbimortalidade das populações negras brasileiras (Pnsipn, 2017, p. 7).

As políticas públicas no âmbito da saúde da população negra vem adotando medidas para que as pessoas possam ter autonomia para escolher os espaços e serviços de saúde, em especial, quando passam por consultas e necessitam de um cadastro único. O Ministério da saúde (MS), por meio de legislação, adota critérios de autodeclaração para que a própria pessoa possa se definir. Segundo a Portaria nº 344 2017.

a autodeclaração remete à percepção de cada um em relação à sua raça/cor, o que implica considerar não somente seus traços físicos, mas também a origem étnico-racial, aspectos socioculturais e construção subjetiva do sujeito. Seu objetivo é promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e a discriminação nas instituições e nos serviços do Sistema único de Saúde.

Percebe-se que as práticas integrativas utilizadas por algumas mulheres do quilombo Alto Santana, por várias ocasiões, tiveram a participação da Secretaria Municipal de saúde de nosso município, que realizou eventos como oficinas com distribuição gratuita para que a população pudesse contemplar essa prática, valorizando os saberes locais como patrimônio cultural não só do quilombo, mas também de nossa cidade.

Portanto, é preciso considerar as legislações que institucionaliza esse patrimônio como está previsto no Decreto de Nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 que institui o registro de bens Culturais de Natureza Imaterial acerca do patrimônio cultural brasileiro sendo um marco orientador ressaltando a importância de se preservar esses saberes populares. Destacamos, aqui, o livro de número um que se fez referência para esta pesquisa “Livro de Registro dos Saberes, no qual serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades, o aporte descrito favorece essas práticas e revelam a importância de se preservá-las.”

Os saberes tradicionais vivenciados na comunidade Alto Santana estão começando a ter evidência porque as pessoas estão sendo procuradas para expor sua vivência, seus saberes para que sejam retratados em pesquisas e trabalhos escolares. A Universidade Estadual de Goiás Campos Cora Coralina possui três pesquisadoras que estão a examinar questões relacionadas ao quilombo por meio do Mestrado em Estudos Culturais Memória e Patrimônio. O Instituto Federal de Educação Campus Goiás tem um projeto que visa a valorização do quilombo como

um todo. Além disso, a própria comunidade sente o desejo de demonstrar essas práticas quando vão expor seus produtos na feira do quilombo que recentemente voltou a funcionar. Todavia, por muitos anos, pouco foi mencionada essa constatação, o que nos faz refletir como esse conhecimento foi silenciado: ou seja, no quilombo, as mulheres não conseguiam ter voz e expressão sobre essas práticas.

Apesar de sofrer inúmeras subjugações pelo cientificismo moderno, as práticas e os saberes populares persistem. Podemos visualizar essa persistência na comunidade Alto Santana, ao passo que é possível fazer um resgate junto as mulheres detentoras dos saberes e também analisar como formas de conhecimento autêntico e validas frente ao cientificismo. Portanto, faz-se necessário compreender essas subjugações na perspectiva da análise de Foucault (2003)

Creio que se deveria compreender saberes subjugados como [...] todo um sistema de conhecimento que foi desqualificado como inadequado para suas tarefas ou insuficientemente elaborado: saberes nativos, situados bem abaixo na hierarquia, abaixo do nível exigido de cognição e de cientificidade. Também creio que é através da reemergência desses valores rebaixados, [...] que envolvem o que eu agora chamaria de saber popular [...], um saber particular, local, regional, saber diferencial incapaz de unanimidade e que deve suas forças apenas à aspereza com a qual é combatido por tudo à sua volta [...], é através do reaparecimento desse saber, ou desses saberes locais populares, esses saberes desqualificados, que a crítica realiza sua função (Foucault *apud* Mignolo, 2003, p. 44).

Dessa forma, a cultura médico-higienista era, de certa forma, um impedimento para que tais práticas não ocupassem um lugar de destaque. Um discurso de deslegitimação dos saberes culturais que elimina os traços culturais de uma população para que essa comunidade não se reconheça, ou seja, retirar essa possibilidade para que a cultura de massa padronizada prevaleça.

No entanto, por meio das observações *in loco* e das narrativas orais nas entrevistas, fica evidente que o saber tradicional era utilizado como uma norma de cuidado e saúde. Portanto, tiveram que ser recriadas, reinventadas e, na maioria das vezes, desqualificadas pelas práticas e saberes que passaram a circular nas academias. É necessário legitimar outros modos de pensar a saúde na comunidade sem desvincular dos saberes científicos. Essa reflexão nos leva a repensar que as práticas fitoterápicas presentes na comunidade é legítima e precisa ser evidenciada. Dona Delice Dias da Silva (83 anos) explica:

Eu faço xaropes usando as ervas como o hortelã, o sabugueiro, o assa-peixe, uso óleo de pau. Faço garrafadas com ervas para mulheres e também para curar outras doenças. Esses remédios serve para qualquer tipo de gripe, principalmente essas influenzas

que está tendo agora, eu só uso isso, meus netos também.

O uso de chás, xaropes e sabonetes fazem parte da cultura de algumas mulheres do quilombo Alto Santana. A prática de usar plantas aparece com frequência nas conversas. Esse fato contribui para a legitimação de que as práticas na cura de doenças no corpo e no conforto emocional e também em relação aos medicamentos.

Essa reflexão nos leva a repensar que as práticas fitoterápicas presentes na comunidade são legítimas e precisam ser evidenciadas. A tradição oral se torna cada vez mais importante nesse processo, haja vista que é assim que a identidade do grupo foi e é transmitida. A esse respeito, trazemos as reflexões de Magalhães (2004, p. 197), ao ressaltar que

o conjunto de saberes com os fundamentos essenciais das culturas africana, indígena e portuguesa foi denominado de “medicina popular” por Câmara Cascudo. Alceu Maynard, por sua vez, o nomeou de “medicina rústica” – reunião de técnicas, de fórmulas, de remédios, de práticas, de gestos de que os indivíduos lançam mão para o restabelecimento de sua saúde ou prevenção das doenças. Assim, ora um remédio podia situar-se na medicina religiosa, outras vezes na mágica, bem como na empírica.

A unidade de saúde Odilon de Camargo atende as pessoas que residem na parte alta da cidade de Goiás, inclusive a população do quilombo, que na época da epidemia da Covid 19 tiveram prioridade na imunização. Na comunidade do quilombo, existem agentes comunitárias de saúde que, por muito tempo, fizeram medicamentos alternativos com a ajuda da população que doavam as ervas e outros insumos para elaboração destes medicamentos.

Em entrevista com uma das agentes comunitárias de saúde que se autodeclara remanescente e que por sinal reside na comunidade quilombola informou que essa parceria foi de grande valia, pois já receberam prêmios por estas ações, já fizeram exposição no festival de cinema e vídeo na cidade de Goiás, participaram e ministraram oficinas no Instituto Federal de Goiás para os estudantes do curso de agronomia e no Mosteiro da Anunciação do Senhor, fizeram ainda exposições dos produtos de uso medicinais no parque agropecuário, dentre outros eventos.

Com o decorrer do tempo, essa prática passou a ser isolada e realizada de forma individual inclusive por algumas moradoras do quilombo que nos meses em que a temperatura cai e o frio aumenta é comum presenciar essa prática em algumas casas. A senhora Romilda Ferreira da Silva agente comunitária de saúde há 26 anos (46 anos) relata:

Eu aprendi a fazer uso de remédios utilizando as plantas com a minha mãe, usamos as

plantas do cerrado como casca de jatobá, porrete malino, assa-peixe, fazíamos para o nosso uso e ainda faço para minha família ,usamos muito a medicina alternativa em minha casa. Minha mãe foi uma benzedeira ,na época não tinha interesse em aprender,hoje me arrependo disto (Romilda Ferreira, 2023).

Destacaremos, aqui, alguns medicamentos utilizando ervas, praticados por algumas famílias no quilombo. Neste elenco, temos quatro mulheres quilombolas que utilizam a medicina popular que lhes foi repassado por até quatro gerações, que ainda hoje fazem esses medicamentos, destacaremos os medicamentos mais utilizados como o xarope de ervas, xarope de casca de bananas, sabonete medicinal e óleo para os pés.

Realizou-se uma inter-relação entre o material empírico e científico sobre o uso de cada planta em particular, conforme descrito na tabela 1.

Tabela 2 - Relação das principais plantas utilizadas na medicina popular na elaboração de medicamento fitoterápico realizadas em parceria com as agentes comunitárias da unidade de Odilon de Camargo cidade de Goiás

Nome popular	Nome científico	Principal uso
Cravo	<i>Syzygium aromaticum</i>	Carminativo
Eucalipto	<i>Eucalyptus globulus</i>	Expectorante
Boldo	<i>Peumus boldus</i>	Dor hepática
Confrei	<i>Symphytum officinale</i>	Úlceras gástricas
Folha de Laranja	<i>Citrus × sinensis</i>	calmante e relaxante
Canela	<i>Cinnamomum</i>	Artrite e dores reumáticas
Porrete Malina	-	Febre e quentura na cabeça
Romã	<i>Punica granatum</i>	Infecções na garganta
Balsamo	<i>Myroxylon peruiferum</i>	Dor de ouvido
Assa Peixe	<i>Vernonia polysphaera</i>	Bronquite e tosse
Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i>	Expectorante
Arruda	<i>Ruta graveolens</i>	Tratamento de sarna humana
Erva-doce	<i>Pimpinella anisum</i>	Expectorante
Mata Pasto	<i>Senna obtusifolia</i> (L.) Irwin & Barneby	Diurético
Sete Dores	<i>Plectranthus barbatus</i>	Má digestão e azia
São Caetano	<i>Momordica</i>	Problemas de pele, ulcera e reumatismo

Fonte: Oliveira, 1985.

A seguir, apresentamos imagens da oficina que ocorreu em parceria com as agentes de saúde da Unidade Básica de saúde Odilon de Camargo na cidade de Goiás, bem como a elaboração de medicamentos fitoterápicos que foram expostos no Festival Internacional Cinema e Vídeo Ambiental na cidade no ano de 2022 a convite da secretaria Municipal de Saúde.

Figura 10 - Xarope de ervas.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Nesse xarope, foram utilizadas as seguintes ervas: hortelã gordo, hortelã de horta, folhas de laranja, canela em pau, folhas de eucalipto, porrete malina (capim), casca de romã, de balsamo, flor de mamão macho, folhas de alfavaca, limão galego. Esse xarope segundo as detentoras do saber, serve para combate de gripes, resfriados, pneumonia e doenças do trato respiratório. Os ingredientes utilizados são: casca de bananas, cravo, canela em pau, uma colher de chá de pinga (51) para conservar.

Figura 11 - Xarope de casca de bananas.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Figura 12 - Sabonetes medicinais.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Os ingredientes utilizados são: erva de são caetano, folhas de arruda, folhas de confrei, erva doce, folhas de losna, folhas de boldo goiano, folhas de sete dores, folhas de mata passo, folhas de babosa, sabão de coco e sabonete glicerinado. Eles são utilizados no combate de doenças de pele.

Figura 13 - Oléo de Glicerina para os pés.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Os ingredientes utilizados foram glicerina, álcool, água oxigenada, comprimidos de AAS (ácido acetilsalicílico) e servem para combater ressecamentos e rachaduras nos pés. A medicina popular, por muitas vezes rejeitada nas esferas científicas, ainda persiste, na comunidade, as vezes de forma ampla outras vezes de forma individualizada. O cerne da questão é que estas práticas de medicinas populares prevalecem e de acordo com as leis e decretos são considerados patrimônio imaterial, sendo esse conhecimento passado entre as gerações, falta ao meu ver políticas de valorização para que esse reconhecimento possa ser expandido resgatado para a geração vindoura no quilombo.

É preciso ainda salientar a determinação e força das mulheres em prol do reconhecimento desse território na busca pela certificação e autodeclaração de remanescentes de quilombolas. Em todas as narrativas, percebe-se que as mulheres enfrentam os desafios e as limitações impostas para vencer as barreiras que por muito tempo as impediam de alcançar essa ascensão.

3.2. SABERES E FAZERES RELATIVOS À CERÂMICA

As comunidades tradicionais são repletas de saberes e fazeres, que servem de orientação para o surgimento de novas formas de compreender noções particulares de pensar e representar a existência destes locais.

Na comunidade quilombola do Alto Santana, percebe-se um certo encantamento e

valorização na elaboração dos utensílios e peças que retratam a cultura afro-brasileira, em especial no uso da cerâmica, na forma de manusear a argila para transformá-la em objetos que revelam a nossa ancestralidade.

Ao realizar a pesquisa, percebemos que a comunidade tem respeito pela ceramista (dona Chica, 72 anos) que reside no quilombo. Muitas mulheres, quando crianças, aprenderam a “bulir panelas” em troca de alguns trocados, relatam que era uma festa ajudar e também ao receber pelos serviços prestados.

Quando falamos em cerâmica, é indissociável a lembrança de sua matéria prima, a argila, e seu processo de transformação. Trata-se de uma terra fina, mole e impermeável, que, com água, resulta numa massa plástica e, se cozida, endurece. Os vários tipos de argila diferem entre si, sendo alguns mais utilizados do que outros. A eleição da matéria prima a ser utilizada se dá em função do trabalho a ser realizado e da forma muito pessoal com que o artista se relaciona com o material, através de técnicas milenares ou particulares de produzir o objeto cerâmico (Dutra, 2005, p. 32).

É notável no quilombo Alto Santana uma ascensão dos utensílios fabricados pelas mãos de artesãos que compõem a comunidade. É por meio dessas peças que percebemos o saber repassado por gerações, haja visto serem pessoas chegando a velhice que estão a frente desta empreitada que é moldar a cerâmica para torná-la um objeto. Esse modo de saber fazer se evidencia como patrimônio cultural imaterial.

De forma análoga, a ANFACER (Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica) faz uma abordagem acerca da cerâmica explicitando como essa prática é antiga.

A cerâmica é muito antiga, sendo que peças de argila cozida foram encontradas em diversos sítios arqueológicos. No Japão, as peças de cerâmica mais antigas conhecidas por arqueólogos foram encontradas na área ocupada pela cultura Jomon, há cerca de 8 mil anos, talvez mais. Antes do final do período Neolítico (ou da Pedra polida), que compreendeu, aproximadamente, de 26 mil AC até por volta de 5 mil AC, a habilidade na manufatura de peças de cerâmica deixou o Japão e se espalhou pela Europa e Ásia, não existindo, entretanto, um consenso sobre como isto ocorreu. Na China e no Egito, por exemplo, a utilização da cerâmica remonta a mais de 5 mil anos. Nas tumbas dos faraós do Antigo Egito, vários vasos de cerâmica continham vinho, óleos e perfumes para fins religiosos. Um dos grandes exemplos da antiga arte cerâmica chinesa está expressa pelos guerreiros de Xian. Lá os arqueólogos encontraram em 1974 o túmulo do imperador Chi-Huand-di, que nasceu por volta do ano 240 AC (Anfacer, 2011, p. 1).

A produção de cerâmica na Cidade de Goiás foi pautada em vestígios da cultura indígena. A historiadora Gislaíne Valério de Lima Tedesco (2005) pesquisou o cotidiano da cultura vilaboense e constatou que a produção da cerâmica desse lugar não pode ser

considerada unicamente indígena, pois apresenta características africanas em diáspora que são percebidos nas peças que foram obtidas nas pesquisas arqueológicas realizadas.

A autora destaca no decorrer de sua tese que existem vários vestígios da cultura negra presentes nas peças encontradas. Essa constatação foi possível de verificar quando a cidade de Goiás iniciou a obra para implantação da rede de esgoto.

Dentre o material encontrado nas escavações realizadas nas vias públicas 28% são fragmentos de ossos, em sua maioria restos alimentares, 23% fragmentos de vasilhas em cerâmica, 20% fragmentos de recipientes de vidro, 18% fragmentos de recipientes em louças de variados tipos e padrões e 11% fragmentos de objetos em metal sendo que estes em sua maioria apresentam péssimas condições de conservação. Os quintais, além de apresentarem maior preservação das camadas arqueológicas e do material coletado, apresentam algumas distinções em relação às ruas, no que se refere ao tipo de objetos encontrados, pois 35% dos fragmentos coletados são cerâmica, 28% ossos, 17% vidros, 14% louças e 6% metal (Tedesco, 2005, p. 23-26).

Nesse contexto, presenciamos vários artesãos vilaboenses que moldam o barro e dão forma aos diversos objetos que exprimem a cultura negra. No quilombo Alto Santana existe um ateliê onde são fabricados utensílios e peças feitas com cerâmicas. Registramos aqui parte da pesquisa verificada pelas entrevistas e das redes sociais da comunidade quilombola, haja vista que ainda se encontra em andamento no momento da escrita de nossa dissertação. Isso pode ser constatado por meio de questionários presentes nas páginas do *facebook* e *instagram*. A Associação do quilombo Alto Santana tem uma página na qual divulga as ações realizadas. Lá se encontram imagens e narrativas que demonstram como essa atividade é importante e foi sendo repassada por gerações.

Figura 14 – Dona Chica Campos.



Fonte: Imagem retirada da página do facebook da Associação Quilombola Alto Santana-Dona Chica

Campos, 2022.

Em entrevista com a quilombola dona Chica Campos, 72 anos, ceramista, é possível compreender as dificuldades enfrentadas pelas mulheres quilombolas no início da ocupação do quilombo.

Eu aprendi a fazer panelas de barro com a minha irmã que aprendeu com a sogra, foi por necessidade mesmo, meu filho tinha um mês de vida quando comecei e estou até hoje, com as panelas consegui criar meus filhos pagar o INSS e aposentar, apesar das dificuldades eu vivo bem na comunidade, mais nem sempre foi assim já lavei roupa no rio, roupa de ganho, trabalhei em casa de famílias, nunca deixei de lutar. Chica Campos (72 anos).

Figura 15 - Participação na AgroCentroeste em Goiânia em maio de 2023



Fonte: Imagem retirada da página do facebook da Associação Quilombola Alto Santana, 2023.

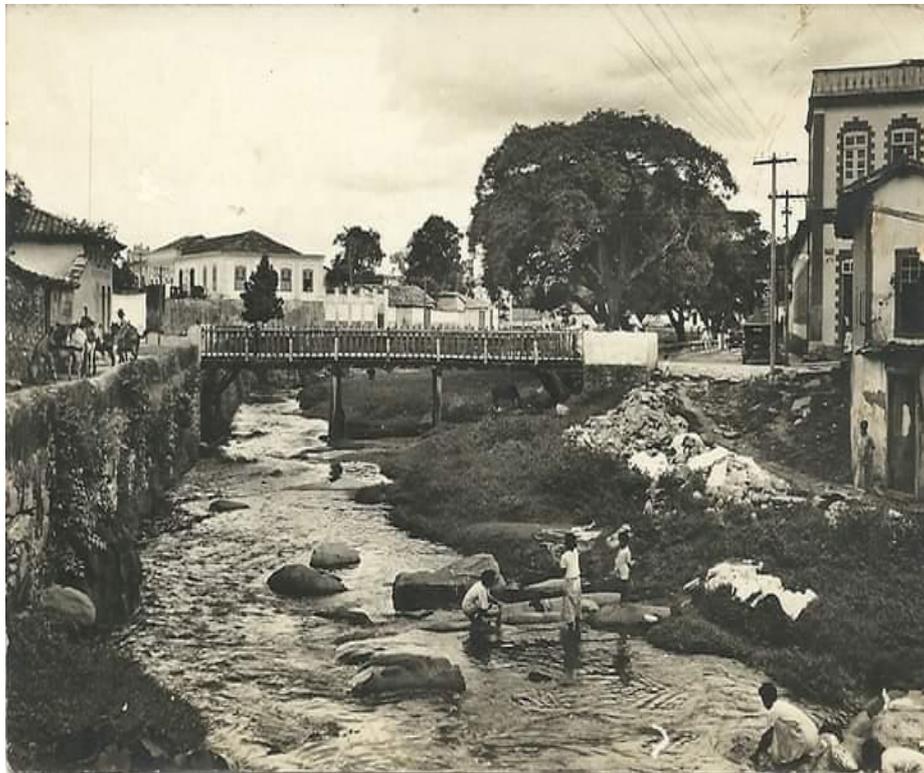
3.3 SABERES E FAZERES DAS LAVADEIRAS DE ROUPAS

Neste item, abordaremos o ofício de lavar roupas que engloba a categoria do saber fazer. De acordo com as narrativas orais, a maioria das mulheres lavadeiras do quilombo Alto Santana tinha como único meio de trabalho a lavagem de roupas. As águas do rio banhavam o suor de seus rostos, as cantigas de rodas e de outras modinhas embalavam seus braços e lhe davam forças para terminar o trabalho no sol escaldante da antiga capital. Esse ofício remonta de tempos antigos. Assim,

O trabalho de lavadeira tem suas primeiras aparições no Brasil durante o final do século XVIII, e é visto mais frequentemente durante o século XIX. Entretanto, a prática da lavagem de roupa já era vista na Europa há pelo menos dois séculos antes como ofício remunerado, enquanto no Brasil ainda era uma atividade de mulheres escravizadas, pobres, ou negras alforriadas. (Lima e Raick, 2021, p 120)

Esses saberes denotam a história de uma comunidade, o ofício de lavar roupas requer um conhecimento com o modo de saber fazer que é entendido como patrimônio pois as técnicas que utilizavam eram repassadas por gerações. Essa imagem retrata as mulheres lavadeiras de roupas do rio Vermelho.

Figura 16 – Lavadeiras de roupas no rio vermelho.



Fonte : Cidinha do Couto s/d- Rio Vermelho.

Essas técnicas são consideradas patrimônio cultural e derivam de um conjunto de ações que denotam as experiências repassadas dos mais velhos aos mais novos. As mulheres quilombolas, detentoras desse conhecimento, tinham um meio específico e natural de lavar roupas. Elas levavam esse conhecimento na elaboração do sabão de quadra utilizando cinzas em sua preparação. Esse sabão é mais conhecido como sabão de bola e possuía um modo peculiar de alvejar as roupas. As quilombolas ensaboavam as roupas e as colocavam em

pedras para quarar. Também usavam uma erva chamada são caetano como uma metodologia para ajudar na limpeza, além de fazerem uma espécie de ritual quando chegavam ao rio desfaziam as trouxas, ensaboar,quarar,estender,engomar e passar e de pois entregar.

Carregamos conosco as lembranças desse ritual, pois por várias vezes acompanhamos nossas mãe, avó e tia. Íamos ao rio, bricavamos enquanto elas lavavam, esfregavam, botavam nas pedras para quarar. As crianças tinham o dever de jogar água para as roupas não endurecer com o sabão, o que se tornva uma festa só para nós. Essas lembranças são as memórias afetivas que temos como rio vermelho, não importava o local, era sempre o rio vermelho esse palco de lavar,bater roupas. Nossas ancestrais tinham o ritual de bater as roupas nas pedras por várias vezes, principalmente as roupas de camas, as toalhas e as calças mais pesadas. Elas carregavam nos braços a força da mulher que lutam e ao bater as roupas, batiam as tristezas e os desencantos. Sebastina Filomena Canmargo batendo roupa com o intuito de melhorar a limpeza.

Figura 17 – Sebastiana Filomena de Camargo, lavadeira de roupa.



Fonte: Mapa goiano, 2023.

É importante salientar que enquanto as mulheres lavavam roupas, as meninas as imitavam lavando pequenos trapos arranjados por elas, elas nos ensinavam os rituais, assim fazíamos com encantamento pois na singela do ato, sabíamos que seríamos alimentadas por meio deste ofício.

Figura 18 – lavadeiras de roupas 1937.



Fonte :: Acervo MIS|GO AFn1084.21.1,1937.

A respeito dessa prática de lavar roupas às margens do Rio Vermelho, referimo-nos a Tolentino (2016, p. 16), ao expressar que “Há uma gota de sangue em cada museu e em cada bem ou manifestação patrimoniável sangue, suor, lágrima e outros tantos líquidos contribuem para os registros de memória e constituem aspectos da nossa própria humanidade. Esse trabalho com a lavagem de roupas, nos moldes antigos, pode ser considerado uma arte, um saber fazer vinculado ao patrimônio cultural, sendo uma forma de trabalho digna e honrosa. Ele envolve o resgate da memória de uma família, o modo de ser e de pensar da mulher, da mãe, demonstra ainda a cultura de um povo.

Por essas e outras razões, é necessário uma contextualização sobre os locais nos quais esse labor era executado e, também, traças as relações que estabeleciam entre identidade e moral. O rio vermelho divide a cidade em duas partes. De um lado, há a parte alta, na qual se encontram os bairros Santa Barabára, Vila lions, Alto Santana (quilombo), Bairro da Carioca. Na outra margem, localiza-se o centro histórico e outros bairros mais afastados como bairro João Francisco, que fica o centro administrativo. A esse respeito,

Quanto aos locais para lavação, rios e córregos, estabeleciam uma relação paradoxal entre identidade e moral. São esses ambientes que legitimam a identidade da lavadeira, dão sentido a seu labor. Sem o córrego, tanto o ofício quanto a agente não existiriam (Moreira, 2022, p. 314).

Nessa busca sobre a relação dos sujeitos com o espaço, surgiram as “maneiras de fazer” (Certeau, 1998) das lavadeiras de roupas no rio vermelho na cidade de Goiás. Esse modo

de fazer se constituem práticas onde as pessoas se apropriam do espaço social com o rio, conferindo-lhe um novo sentido e atribuindo-lhe significado. O rio era tido como um espaço de sociabilidade onde as mulheres lavavam roupas, trocavam confidências, teciam narrativas cotidianas sobre os conflitos, amores e intrigas. Assim, Simmel (2005, p. 60-61) ressalta que:

(...) a interação entre os indivíduos surge a partir de determinados impulsos e da busca de certas finalidades, que fazem com que os mesmos mantenham uma relação de convívio. A sociação é interação entre os indivíduos, é a forma na qual os mesmos, em razão de seus interesses, desenvolvem-se conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam.

Partindo desse pressuposto sobre as interações entre os indivíduos, é preciso destacar que a atividade de lavagem de roupas carrega em si características culturais que representam um modo de saber fazer que são repassados por nossos antepassados. A relação saber fazer é considerado um elemento que compõe o patrimônio imaterial.

Eu lavava roupa no Rio vermelho o local era conhecido como pedra branca, não existia esse negócio de carioca não, era o rio mesmo. Usava sabão feito em casa de cinzas em uma “trempe” improvisada como fogão caipira queimado com lenha retirada dos pastos, não existia sabão em pó, não tinha escova para esfregar as roupas, usava a bucha para alvejar as roupas feita com são caetano, fervia a roupa na beira do rio e nós fazia as trempes de pedra punha uma panela grande e fervia as roupas depois punha para quasar, ficavam alvinhas. Minhas colegas até tinha marido, mas não servia para muitas coisas não, eram elas e os filhos, além de lavar roupas ainda pegava lenha (Delice Dias, 85 anos 2023).

É preciso compreender como é importante o resgate e preservação cultural da memória de um povo na arte com a lavagem de roupa e do sentido e do significado de tal empreendimento para as famílias que foram marcadas por esta forma de prover o seu sustento. Mas também demonstrar que a arte sobrevive e perpassa os muros da tecnologia e que ainda hoje trazem uma memória com cheiros e gosto do mato, da água corrente da areia escaldante dos pés descalços de um riacho que corta a cidade e que acalenta muitas almas laboriosas e saudosas. Nas narrativas das mulheres quilombolas lavadeiras de roupas há sempre uma memória ligada ao rio, ou sejam o rio torna-se um espaço onde vários acontecimentos colabram para a construção da identidade.

[...] o rio é um dos elementos “conformadores do habitus dos vilaboenses, consiste em considerá-lo crucial na construção de memórias e no estabelecimento das sociabilidades de seus habitantes. Sua presença, diga-se de passagem, marcante,

extrapola as circunscrições locais, tornando-se metáfora e metonímia de todo o Estado, assim como o rio Araguaia e a serra Dourada (Brito, 2014, p. 988).

Ao pensarmos nesse ofício, é imprescindível relacioná-lo à luta destas mulheres negras, às dificuldades vivenciadas, ao preconceito da sociedade por serem mulheres, por criarem seus filhos sem a presença masculina e por executarem uma profissão considerada subalterna. Sendo a cidade de Goiás um lugar considerado o berço da cultura e da identidade de um povo, nota-se que a maioria das lavadeiras aprendeu esse exercício laboral por meio de suas avós, mães. Ou seja, a arte foi passada de geração a geração, o que demonstra que além de fortalecer o vínculo, essa prática faz parte da cultura e da identidade de um povo. Logo, entendemos, como bem salienta Brito (2014), ao afirmar que a “importância de conceber os rios como patrimônios culturais e naturais a partir do seu potencial mobilizador da memória e da identidade das populações ribeirinhas” (Brito, 2014, p. 30). Nesse sentido, o rio é visto como memória e patrimônio natural no contexto desta pesquisa.

As narrativas orais e as pesquisas registram o modo peculiar das lavadeiras ao executar esse ofício um fator importante sobre a lavagem de roupas é sobre o modo de fazer que inclui o quarar as peças que eram ensaboadas e batidas na pedra e colocadas ao sol para alvejar, tinham ainda o hábito de usar o anil para clarear as roupas brancas ou deixar as coloridas com cores mais vibrantes. Usavam sabão de quadra em forma de bolas feito por elas. Esse saber fazer o sabão denotava técnicas que elas usavam, na visão de Divina Paiva escritora e pesquisadora no texto de sua autoria utiliza-se da semântica para traduzir essa forma do fazer .

As roupas vestem o cotidiano de luta. O sabão é de bola. Esfera feita de restos de animais. A receita é antiga e com soda cáustica e decoada (água destilada da cinza obtida da madeira quando queimada e apisoada, numa lata que é perfurada com pequenos golpes de faca). Coloca-se debaixo dessa lata uma vasilha para aparar o líquido que vai sendo vagarosamente destilado. Aos poucos, despeja-se nos restos diluídos que fervem sempre sob um fogo brando, a água escura. Decoada que escorre das cinzas. Faz isso até se obter uma substância visguenta. Retira o tacho do fogo e mexe rápido batendo com a colher o visgo negro para adquirir uma consistência pastosa e, então, faz as bolas. Sabão de bola feito com soda e decoada . Pinto [2020].

Figura 19 - Sabão de cinzas considerado o sabão mais antigo do mundo.



Fonte: Gleidson de Oliveira Moreira, 2020.

As antigas lavadeiras carregam as trouxas de roupas na cabeça, conduziam sua prole e saíam para os rios, para as crianças um momento de diversão e lazer, para as mulheres uma forma de prover o sustento. Nesta perspectiva, os rótulos atribuídos a elas não impediam que executassem seu trabalho com coragem e a sensação de conseguir prover sua família denotava-lhes um título de autonomia nos processos que norteiam o gênero.

Independente dos rótulos sociais a elas imputados, as lavadeiras da Cidade de Goiás eram mulheres corajosas e impermeáveis às campanhas moralizadoras da polícia e aos crivos estabelecidos pelas famílias tradicionais. Embora carregassem a pobreza como signo de identificação, não perderam o zelo com a própria limpeza, índice de higiene mantido pelo banho (Moreira, 2022, p. 311).

Até aqui, percebe-se que a luta e os desafios são marcas registradas na vida destas mulheres, mas percebe-se também uma memória afetiva ao lugar e no espaço de vivência de interações sociais, bem como a troca de experiências e as formas de repassar a cultura em uma sociedade eletista, machista e excludente.

Essa imagem retrata a mulher preta exercendo o ofício de lavar roupa em um ambiente que faz referências aos moldes antigos antes da construção da lavanderia, antes das pessoas terem água encanada em casa, um elemento primordial de um saber repassado por gerações. A senhora Irene Pinto de 63 anos, traz vivo na memória esse período e relata:

Minha mãe lavava roupas na carioca, lá tinha muitas pedras brancas, cada lavadeira tinha a sua, quarava as roupas, usava até anil e sabão feito em casa, passava as roupas com o ferro a brasa. Eu ajudava a minha mãe a lavar as roupas depois saía para o trabalho doméstico nas casas das pessoas com condições bem melhor do que as nossas. (Irene Pinto 2023).

As mulheres quilombolas procuram manter a cultura cultivando certos hábitos como uma forma de homenagear seus ancestrais. De acordo com Stuart Hall (2005, p. 13). A cultura e a identidade são definições histórica e politicamente não estão unificadas ao redor de um “eu” coerente. As identidades são contraditórias e tencionam para diferentes direções e deslocamentos”.

4. PROPOSTA DE PRODUTO

O conhecimento produzido na comunidade nos permitiu uma reflexão acerca dos saberes e valores culturais existentes, nesta vertente a preservação do patrimônio cultural nos possibilitou o acesso as memórias, seja no campo da individualidade ou no coletivo. O Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio permite ao pesquisador refletir sobre as suas inquietações que norteiam os materiais didáticos que, por sua vez, têm informações insuficientes acerca da história local. A matriz curricular, muitas vezes, vem descontextualizada da realidade em que os estudantes estão inseridos. Neste processo de ensino e aprendizagem, os saberes culturais locais são imprescindíveis para uma educação voltada pelo respeito as múltiplas culturas.

Considerando que os saberes e fazeres das mulheres quilombolas no que se refere as práticas culturais como a fabricação de cerâmicas, medicamentos alternativos utilizando as plantas medicinais e o ofício de lavagem de roupas, fazem parte do Patrimônio Cultural Imaterial da cidade de Goiás, aqui será apresentada a proposta de produto resultante da pesquisa realizada ,ou seja um e-book utilizando a educação patrimonial para subsidiar a cultura local.

Nesta perspectiva, é imprescindível ressaltar que a educação permeia a socialização do conhecimento, no que tange a valorização dos saberes, dos valores culturais presentes nas comunidades, conduzindo-nos a uma reflexão acerca de como preservar o patrimônio cultural, também nos garante o direito a memória coletiva e individual, sendo um elemento fundamental para que possamos exercer a cidadania de forma plena e reflexiva.

O patrimônio cultural deixado pelos nossos ancestrais constitui-se herança histórica, que precisa ser perpetuada para as gerações vindouras, nestas estão embriçadas os saberes, os

fazerem, os costumes, de pessoas que viveram outrora.

Desse modo, acredita-se que por estabelecer uma relação de aproximação com o patrimônio, a educação patrimonial corrobora para:

Para a formação de um cidadão consciente dos seus direitos e deveres, que compreenderá a importância da memória e da identidade de um povo ou nação e da necessidade da ação de proteger e escolher seus bens patrimoniais. (ASSUNÇÃO, 2003, p. 51).

Seguindo essa linha de pensamento de que a educação é emancipadora, Tolentino (2019) explica de forma clara e objetiva os processos educacionais em que a participação dos sujeitos deve ser ativa nos diversos campos culturais.

Nos processos educativos formais ou não formais que lidam com o patrimônio cultural em comunidades torna-se fundamental a participação ativa dos sujeitos sociais produtores das referências culturais nesse processo tornando-o participativo e democrático permitindo que suas vozes não sejam relegadas ao limbo do esquecimento. (TOLENTINO, 2019, p.12).

A educação patrimonial tem auxiliado as instituições de ensino no desenvolvimento de atividades que colaboram de forma produtiva para um trabalho educacional em museus e sítios históricos com conceitos ligados ao patrimônio. Nesta perspectiva Costa (2009, p. 99) ressalta que o princípio básico defendido pela teoria da educação patrimonial é “que os indivíduos aprendam melhor por meio da vivência de experiências diretas com bens do patrimônio”.

Com o objetivo no reconhecimento e na valorização dos elementos culturais que necessita ser abordada nas instituições de ensino, a Constituição Federal de 1988 é uma referência pois, reconhece que o patrimônio cultural brasileiro vai muito além dos objetos, dos monumentos, dos artefatos, dos sítios históricos, explicita ainda que existem outras formas de expressão cultural que revelam outros aspectos, que englobam a cultura viva presente nas comunidades, a escola precisa estar ciente e utilizá-los em seu cotidiano.

Esses elementos que expressam a cultura local realizados pelas detentoras dos saberes da comunidade quilombola do Alto Santana precisa ser colocado em evidência, sendo essa expectativa na elaboração do e-book com enfoque no fortalecimento da educação patrimonial.

Os fundamentos conceituais e práticos da metodologia da educação patrimonial tem como primícias orientar os professores e profissionais que prezam pela preservação da cultura

com abordagem na preservação dos bens culturais presentes em comunidades dos povos tradicionais, povos quilombolas dentre outros.

Sob esse viés a educação patrimonial defendida por Tolentino (2016, p. 24), entendemos que

Deve ser um processo transversal, não presa a uma determinada disciplina, sendo entendida como elemento fundamental integrado as práticas cotidianas dos sujeitos, concebendo-os como protagonistas na construção e apropriação do seu patrimônio cultural, incentivando assim, a participação social em todas as etapas de preservação dos bens e manifestações culturais.

Assim sendo é preciso verificar e analisar os elementos que evidencie a cultura, estas evidências devem ser realizada por uma série de questionamentos e reflexões que permitam análises interpretativas das manifestações culturais para que possam ser investigadas pelos estudantes.

Portanto cabe aos profissionais e educadores estabelecer objetivos educacionais e os resultados que espera alcançar por meio das atividades propostas, as pessoas possam compreender sua cultura e valorizá-la, porque cada “objeto ou evidência da cultura traz em si uma multiplicidade de aspectos e significados. (HORTA, 1999, p. 10).

4.1. FORMATO DEFINIDO: EBOOK EDUCACIONAL

O produto resultante desta pesquisa se desdobrou em um *ebook* educacional com o objetivo orientar os professores e profissionais responsáveis pela preservação da cultura, em como preservar os bens culturais presentes no quilombo Alto Santana a partir das narrativas das mulheres quilombolas do Alto Santana. Essas narrativas nos auxiliam a compreender o quilombo e suas especificidades.

ROTEIRO:

E-book: Educação Patrimonial: saberes e fazeres de Mulheres quilombolas do quilombo Alto Santana

Introdução

Este trabalho tem como proposta a criação de um e-book onde constam as narrativas e imagens de mulheres detentoras do saber da comunidade quilombola do Alto Santana,

pretende difundir a valorização e a visibilidades da cultura local no que tange os saberes e fazeres das mulheres quilombolas. Ao final do e-book apresentamos uma sugestão de proposta pedagógica.

Com o intuito de elaborar esse material para que as escolas municipais de ensino fundamental de primeiro ao quinto ano possam construir outros olhares para a diversidade e propiciar o seu protagonismo na arte do saber fazer e evidenciar outros elementos culturais presentes nesta localidade.

No quadro 1, faremos uma abordagem sintética da resolução que permeia a educação escolar Quilombola com orientações pertinentes acerca desta modalidade, embora tenhamos outras tão importantes quantos essa vamos dar ênfase nesta diretriz.

Tabela 3 - *CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012*

<p>Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica</p> <p>Ar. 34:</p> <p>§ 1º Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir dos valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definidos nos projetos político-pedagógicos.</p> <p>§ 2º O currículo deve considerar, na sua organização e prática, os contextos socioculturais, regionais e territoriais das comunidades quilombolas em seus projetos de Educação Escolar Quilombola.</p> <p>E em seu artigo Art. 35 O currículo da Educação Escolar Quilombola, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para todas as etapas e modalidades da Educação Básica, deverá:</p> <p>I - Garantir ao educando o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas;</p> <p>II - Implementar a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos da Lei nº 9.394/96, na redação dada pela Lei nº 10.639/2003, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004;</p> <p>III - reconhecer a história e a cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que estruturam as concepções de vida dos afrobrasileiros na diáspora africana;</p>

IV - Promover o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afrobrasileira e africana ressignificada, recriada e reterritorializada nos territórios quilombolas; V - garantir as discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como importantes eixos norteadores do currículo;

VI - Considerar a liberdade religiosa como princípio jurídico, pedagógico e político atuando de forma a: a) superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, quer sejam elas religiões de matriz africana ou não; b) proibir toda e qualquer prática de proselitismo religioso nas escolas.

VII - respeitar a diversidade sexual, superando práticas homofóbicas, lesbofóbicas, transfóbicas, machistas e sexistas nas escolas.

Art. 36

Na construção dos currículos da Educação Escolar Quilombola, devem ser consideradas as condições de escolarização dos estudantes quilombolas em cada etapa e modalidade de ensino; as condições de trabalho do professor; os espaços e tempos da escola e de outras instituições educativas da comunidade e fora dela, tais como museus, centros culturais, laboratórios de ciências e de informática.

Art. 37

O currículo na Educação Escolar Quilombola pode ser organizado por eixos temáticos, projetos de pesquisa, eixos geradores ou matrizes conceituais, em que os conteúdos das diversas disciplinas podem ser trabalhados numa perspectiva interdisciplinar.

Em seguida, apresentamos o quadro com as orientações curriculares para a Educação Escolar OCEEQ (2010) e o Caderno de Textos-Saberes e Fazeres: modos de ver (A cor da cultura, 2006) abordam eixos centrais e norteadores para Educação Escolar Quilombola que devem ser considerados no currículo, tais como:

Os princípios devem estar ancorados a atitudes que possam estar inseridos na educação escolar quilombola, partindo do pressuposto que o conhecimento deve ser expandido para as diversas esferas sociais com o intuito de valorizar os saberes e fazeres presentes no quilombo Alto Santana, esses princípios podem orientar os educadores e profissionais que prezam pela preservação do patrimônio cultural a inserir nos estudantes as atitudes para poderem respeitar as especificidades de cada um nos mais variados lugares.

Tabela 4 - Resumo e princípios e atitudes referentes ao livro A cor da Cultura de 2006

Valorizar o múltiplo, o plural,	considerar distintos padrões como belezas possíveis, incorporar saberes de diferentes origens, respeitar crenças e costumes, não com a superioridade da
---------------------------------	---

a mistura de muitas diferenças na sala de aula e fora dela	aceitação, mas com a convicção de que nesse plano não existe, nem deve existir, um dono da verdade.
Caminhar para além do senso comum.	Dando ouvidos ao que é dito, mas questionando sempre, buscando, junto aos demais, desvendar como tal ou qual pensamento ou discurso foi construído, de que maneira ele afeta a vida das pessoas, a que e a quem serve. Tudo isso para não deixar que certas falas, ditados, piadas ou afirmações sem base alguma se tornem falsas verdades – repetidas de tal maneira que acabam servindo de molde para um pensamento preconceituoso.
Exercitar a escuta	de vários possíveis interlocutores sobre esses temas – movimentos sociais, lideranças locais, integrantes de associações religiosas e culturais – numa atitude de real consideração, consciente de que trazem olhares e reflexões distintos dos nossos, que podem nos enriquecer e nos ajudar a ver outros ângulos da questão.
Aprofundar os próprios conhecimentos	estimular que outros o façam, sobre a História, as culturas e os saberes de africanos e afro-descendentes que participaram da formação do nosso país, acreditando que esse processo levará a uma redescoberta de nós mesmos.
Socializar as informações	Sabendo que as mudanças de atitude somente se realizam nas relações entre nós e os outros, e que o conhecimento produzido somente se legitima na socialização. O processo é o de aprender compartilhando, porque o diálogo e o trabalho conjunto são os veículos, por excelência, da aprendizagem.

Tabela 5 - Ações pedagógicas de educação patrimonial

Proposta pedagógica: caracterização do lugar como patrimônio cultural .

Objetivos: Estabelecer uma relação de aproximação do indivíduo com o patrimônio instigando-os a construir quatro habilidades/ atitudes: de observação e reflexão sobre o bem cultural escolhido , a manifestação das impressões sobre o lugar , a capacidade de pesquisa e discussão despertando lhes um sentido e um novo significado para o bem pesquisado.

Público Alvo: Alunos do quarto/ quinto ano Ensino Fundamental

Materiais necessários: caderno de campo, caneta, celulares com câmeras .

Primeira Etapa

Desta forma a atividade poderá ser desenvolvida a priori com uma visita de campo para a observação e registro orais e de imagens a partir da exploração do lugar.

Segunda etapa:

Elaboração dos relatos orais e escritos, mural de fotos .

Terceira etapa: Trabalhar as relações de pertencimento ao lugar

Objetivos desenvolver uma relação de pertencimento entre as novas gerações e o patrimônio que lhes foi legado reconhecendo neles suas histórias pessoais e de seus descendentes.

A metodologia será por meio de parcerias com a Associação Quilombo Alto Santana para que os alunos possam participar de ações educativas no quilombo em ocasiões das datas comemorativas, ofertar oficinas sobre os fazeres e saberes locais com os próprios moradores.

Culminância: sarau no quilombo apresentação de trabalhos sobre o novo olhar que os alunos construíram deste espaço.

Local: lavanderia.

Oficina : ensaio Antropológico

Elaborar uma narrativa da sua origem familiar contendo aspectos que englobam pessoas até a quarta geração, utilizando de registros orais e escritos, fotos, documentos. Primeira Etapa : Preencher a ficha com os nomes das pessoas que compõe seu núcleo familiar: Exemplo você, seus pais, seus avós maternos e paternos, seus bisavós maternos e paternos.

Fazer um registro escrito sobre o nome, local de onde são ou vieram.

Registro escrito das características físicas, cor da pele, cabelos etc.

Registro fotográficos ou documentos que comprovem a origem.

Roda de conversa : quem eu sou de onde eu vim? Quem foram meus ancestrais? Posso me considerar quilombola ou devo me aquilombar?

Culminância: caderno antropológico de cada estudante.

4.2. PÚBLICO ALVO

A produção deste e-book como devolutiva à comunidade participativa servirá de instrumento pedagógico aos profissionais e professores que reconhecem as múltiplas culturas presentes nos quilombos e lutam pela manutenção da memória e da identidade da cultura negra, com o intuito valorizar esse bem cultural.

Dessa forma será feita uma impressão do e-book para que fique aos cuidados da Associação Quilombola Alto Santana (AQAS) para que as pessoas possam ter acesso e manuseá-lo. Utilizaremos ainda as redes sociais do quilombo Alto Santana, assim como o grupo de WhatsApp da comunidade. Enviaremos por email o link de acesso ao e-book à secretaria de educação e a secretaria de Igualdade Racial da cidade de Goiás.

4.3. O IMPACTO ESPERADO

Espera-se, com a produção deste e-book, a disseminação, a valorização, o reconhecimento dos saberes e fazeres presentes na comunidade, levando em consideração que o bem pesquisado compõe o patrimônio cultural da cidade. Esse sentimento de pertencimento ao lugar de memória, é um legado deixado pelos ancestrais, valorizar nestes saberes culturais aquilo que você não consegue expressar por escrito é um elemento primordial na formação da identidade vilaboense.

4.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO

Para a utilização deste produto propomos que as escolas municipais façam parceria a associação Quilombo Alto Santana (AQAS) para viabilizar que sejam aplicadas oficinas com as detentoras dos saberes, para os saberes que envolvem a cerâmica sugere-se que as escolas possam fazer parcerias com a Associação do quilombo Alto Santana e realizar palestra no Ateliê da Dona Chica para compreender a utilização da cerâmica, construir memória com o lugar e aprender sobre essa prática muito antiga que ainda perpetua na atualidade.

Para os saberes relativos as praticas medicinais sugere-se uma parceria com as agentes comunitárias de saúde da Unidade de saúde Odilon para que sejam ofertadas oficinas de elaboração de xaropes, sabonetes medicinais e óleo medicinal, para fortalecer o vínculo entre os serviços de saúde com a comunidade.

Para os saberes que compõe o ofício de lavadeiras de roupas propõe-se que sejam elaboradas visitas técnicas ao quilombo, roda de conversa, contação de histórias e para apresentação dos objetos que identificam o ofício das lavadeiras, possam ser feitos um caderno com as receitas de sabão feito em casa.

Além destas propostas propomos a realização do ensaio antropológico para se descobrir a ancestralidade dos alunos para trabalhar a sua identidade e valorização da cultural.

Partindo deste pressuposto é imprescindível ressaltar que a preservação do Patrimônio Cultural imaterial é obtido por meio das narrativas orais nos diversos campos sociais, portanto é significativo manter parcerias com as comunidades onde ainda encontramos pessoas que detém o conhecimento acerca dos saberes, é preciso ainda que se criem estratégias com os órgãos gestores dos bens patrimonializados para que esses saberes sejam resguardados para as gerações vindouras.

4.5. MANUAL DE USO

A utilização deste e-book poderá ser ministrado como uma ferramenta pedagógica

em palestras na comunidade ou em escolas com o intuito de valorizar o patrimônio cultural imaterial presente em nossa cidade, para as crianças que estão construindo uma aprendizagem significativa no campo do patrimônio como herança cultural advindas de nossos antepassados. Os educadores podem incentivá-los a explorar outros saberes que estão em seus ciclos familiares.

4.6 RODA DE CONVERSA CULTURAL : SABERES E FAZERES - PROPOSTA DE APLICAÇÃO NA REDE ESCOLAR MUNICIPAL

O e-book poderá ser utilizado em parceria com a secretaria municipal de educação que podem acionar as escolas propondo um calendário para abordar as questões que envolvem o patrimônio cultural no que tange os saberes e fazeres das mulheres que detém este conhecimentos, a proposta será uma roda de conversa com a participação de mulheres detentoras do saberes ,portanto essa roda de conversa acontecerá conforme o interesse , a disponibilidade das mulheres ,os critérios estabelecidos serão elencados pela gestão escolar municipal conforme a disponibilidade de recursos para a utilização dos equipamentos necessários para a visualização do e-book e impressão caso seja necessário.

A segunda parte da roda de conversa consiste na realização do ensaio antropológico para finalizar a roda cultural saberes e fazeres, este ensaio encontra-se na página 83, os critérios serão os mesmos estabelecidos pela gestão municipal.

A comunidade participativa da pesquisa receberá o e-book em uma roda de conversa que acontecerá no quilombo Alto Santana onde será apresentado o e-book utilizando de mídia digital, nesta ocasião será ofertado um exemplar impresso para a Associação do Quilombo Alto Santana, onde a comunidade poderá ter acesso para manuseá-lo. Ficará disponível em formato online para o grupo de watsapp da associação. Divulgaremos nas redes sociais do quilombo e de outros grupos para que tenham um alcance maior. O e-book contém as narrativas de algumas mulheres detentoras do saber e imagens dos produtos feitos por elas, conta ainda com uma sugestão de proposta pedagógica . O ebook possui didática e linguagem acessível para que todos possam compreender a importância e relevância deste produto para a sociedade vilaboense

4.7 DEVOLUTIVA PARA A COMUNIDADE

Descrição da devolutiva:

O ebook educacional intitulado “Educação Patrimonial: saberes e fazeres de Mulheres quilombolas do quilombo Alto Santana na cidade de Goiás” é resultante da pesquisa de mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás, campus Cora Coralina.

O produto desdobrou-se em um e-book educacional com o objetivo de orientar professores e profissionais responsáveis pela preservação da cultura, visando instruí-los a como preservar os bens culturais presentes no quilombo Alto Santana a partir das narrativas das mulheres quilombolas. Essas narrativas nos auxiliam a compreender o quilombo e suas especificidades

A comunidade participativa da pesquisa recebeu o e-book em uma roda de conversa ocorrida no quilombo Alto Santana onde foi apresentado o e-book por meio de mídia digital, e também ofertamos um exemplar impresso, onde a comunidade poderá ter acesso para manuseá-lo. Disponibilizamos um link para o grupo de watsapp da associação do quilombo para o acesso permanente tanto em formato PDF e também por meio do link.

O e-book contém as narrativas de algumas mulheres detentoras do saber e imagens dos produtos feitos por elas, conta ainda com três sugestão de propostas pedagógicas que podem ser utilizadas para fortalecer o vínculo com o lugar e reflexões acerca de um estudo antropológico, retrata ainda a temática da educação patrimonial.

O ebook possui didática e linguagem acessível para que todos possam compreender a importância e relevância deste produto para a sociedade vilaboense.

Indicação do tipo de comprovação (fotos, vídeos, etc.)





5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural imaterial na Cidade de Goiás é muito presente, embora verificamos que o destaque maior está nos monumentos históricos erigidos. É importante salientar que por detrás cada monumento, existe a história que tem sido narrada por gerações. Percebemos, também, que os elementos que compõem o patrimônio cultural imaterial merecem ser evidenciados pelos gestores locais e pelos órgãos que os representam, bem como pela comunidade.

É perceptível o esforço da sociedade vilaboense na manutenção das manifestações culturais. Mesmo assim, verifica-se que as festividades que compõem calendário local são prioridade. As questões que envolvem as práticas culturais dos saberes e fazeres têm figurado em segundo plano. Assim, no decorrer dos estudos sobre as narrativas de vidas das mulheres quilombolas detentoras dos saberes, sujeitos desta pesquisa, verificou-se a importância dessas mulheres para a preservação da tradição, cultura, história e da identidade da comunidade Alto Santana. Comprovou-se, ainda, que a produção do conhecimento gerado constitui patrimônio de valor inestimável que necessita estar inserido nos vários seguimentos sociais que revelam a dimensão do quilombo para a Cidade de Goiás .

As mulheres participantes da pesquisa nos revelam, por meio de suas narrativas, que o quilombo é um local onde as múltiplas culturais estão em proeminência. Consta-se uma gama de bens culturais no quilombo, em especial, ao que tange ao patrimônio imaterial. Esta pesquisa procurou evidenciar as mulheres quilombolas porque elas são as que mais guardaram os conhecimentos de seus ancestrais e procuram de alguma forma mantê-los. É possível perceber as expressões culturais por meio das narrativas das mulheres. Essas expressões estão impregnadas no modo de saber-fazer, tais como na elaboração de xaropes, na forma de lavar as roupas, nos produtos utilizados, na confecção de cada peça de cerâmica. Tais práticas culturais são instituídas como patrimônio imaterial presentes no livro de Registro dos Saberes, que estão asseguradas pelo Art. 1º do Decreto nº 3.551/2000.

Sendo assim, é primordial a construção de políticas públicas efetivas e eficazes que promovam a salvaguarda desses saberes, pois é fundamental que esses registros sejam efetivados e reconhecidos de forma oficial no âmbito do patrimônio cultural, sendo imperioso que se valorizem e reconheçam essas práticas culturais presentes no quilombo Alto Santana. Trata-se de uma forma de homenagear as mulheres para que obtenham visibilidade no que tange à luta e à resistência para certificação do quilombo, embora ainda esperem a titulação definitiva,

merecem essa reverência.

Dessa, forma propõe-se que Associação do quilombo Alto Santana, por ser uma organização social que luta pela autonomia e pela efetivação dos direitos das pessoas remanescentes, busque empreender parcerias com outras instancias além dos poderes públicos locais, que possam caminhar em busca de recursos no âmbito estadual e federal e, também, com as instituições educativas em prol da ascensão das práticas culturais. É importante salientar que a comunidade seja a protagonista nesse processo de angariar o reconhecimento, que sejam motivados a sentirem-se pertencentes ao lugar de memória no qual os seus antepassados deixaram o legado das expressões culturais presentes nos saberes e fazeres.

As relações de gênero e raça abordados na pesquisa revelam que a Cidade de Goiás ainda é genuinamente preconceituosa e racista. Não obstante, temos visto esforços para minimizar esses entraves que colocam a mulher em situação de vulnerabilidade. A criação da secretaria Municipal da mulher, Juventude, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEMJDH). Em 2021, tem sido um suporte essencial nessa causa. A criação do Conselho Municipal de promoção da Igualdade Étnico-racial, criado em 2023, é um instrumento de fortalecimento para o combate das desigualdades sociais.

Para as mulheres do quilombo Alto Santana, é essencial a mediação dos conhecimentos adquiridos e repassados para as gerações vindouras, com o intuito de manter o território como herança familiar. Percebe-se, ainda, uma nova roupagem das mulheres diante do papel que exercem na comunidade, a participação expressiva das mulheres na associação contribui para o desenvolvimento de outras habilidades na área da comunicação com público, nas trocas de experiências, na busca pelo reconhecimento e reconstrução de sua identidade.

Assim, a elaboração do *e-book* que é um produto educacional proveniente do resultado dessa pesquisa. Constitui-se de um instrumento pedagógico, que tem como princípio discutir as questões da cultura afro-brasileira, tendo como sugestão de atividade uma proposta denominada ensaio antropológico que possibilita revelar a ancestralidade das pessoas provenientes do município. Os resultados obtidos poderão constituir um material para verificação de outros remanescentes de quilombos em nossa cidade. Dessa forma, poderão surgir outras informações que viabilizem a produção de materiais pedagógicos que serão elencados para trabalhar a temática étnico-racial na escola. Pretende-se, com o material, incentivar as pessoas que produzem cultura e os professores a trabalharem com os diversos elementos da cultura africana nos espaços sociais e escolares .

Ao concluirmos esse trabalho, espera-se que a pesquisa possa ter seguimento, pois no quilombo Alto Santana existe uma gama de saberes e fazeres que não foram abordados, que

merecem um estudo mais aprofundando dos bens patrimonializados presentes em sua historicidade. O foco da pesquisa se deu por meio do protagonismo feminino, porém existe outros atores sociais que ofertam práticas culturais diferenciadas que precisam ser investigados com o propósito de evidenciar outras expressões culturais no quilombo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, W. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ANJOS, R; CIPRIANO, A. **Quilombola: Tradições e Cultura da Resistência**. São Paulo: Aori Comunicações, 2006.
- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG) Letramento, 2018.
- ANFACER. **História da Cerâmica**. In: <http://www.anfacer.org.br/>.(Acesso dia 29 de julho de 2023).
- ASSUNÇÃO, P. **O Patrimônio**. Edições Loyola, 2003.
- BABHA, H. **O local da cultura**. Trad. Myryam Ávila; Eliana L. L. Reis; Glaucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998 [Cap. III, “A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso colonial”, pp. 105-128.
- BATISTA S. **Protagonismo Das mulheres Quilombolas : A luta Pelo Território Alto Santana, Curso de Direito Universidade Federal de Goiás cidade de Goiás , 2022)**
- BAUMAN, Z. **Resenha da obra: Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BANDEIRA, M. **O Território negro em espaço branco: Estudo antropológico de bela Vista**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- BRANDÃO, C. **Peões, Pretos e Congos: trabalho e identidade em Goiás**. Goiânia: Oriente/ Ed. Univ. de Brasília, 1977.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Editora Difusão europeia do Livro, São Paulo 1970.
- BEINART, W; DUBOW, S. (orgs.). **Segregation and Apartheid in twentieth-century South Africa**. Londres, Routledge, 1995.
- BEZERRA, M. “ Na beira da cava: Arqueologia, educação patrimonial e direitos humanos em Serra Pelada, Pará Amazônia”. **Revista de antropologia**, vol.28, pp.216-2
- BRASIL, EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 48 DE 10 DE AGOSTO DE 2005
- BRASIL ,Lei Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2012.

BRASIL. **Estatuto da igualdade racial**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BRASIL. **Portaria n. 98**, de 26 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/legislação>

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRITTO, C. A terceira margem do patrimônio: o rio Vermelho e a configuração do habitus vilaboense. **Diálogos**, Maringá, v. 18, n. 3, p. 975-1004.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 3º ed., 1998.

CHARTIER, R. **A história Cultural** entre Políticas e representações. Lisboa, Diefel 1990.

COLLINS, Patrícia Hill. Epistemologia feminista negra. In. Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico / orgs Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado Torres, Ramón Grosfoguel. -- 1. ed. -- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

COLLINS, P. **Knowledge, Consciousness, and the Politics**. New York, NY: Routledge, 2000.

COSTA, A. **Da maestria na cultura popular**. UESC. Mar. 2012. Disponível em: Acesso em: 27 de nov. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.

DEALDINA, S.(Org.). **Mulheres Quilombolas**. São Paulo: Jandaia 2021.

DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000.- Institui o Registro de Bens culturais de natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro , cria o programa Nacional do patrimônio Imaterial.

DELGADO, L. **Historia oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte:Autêntica, 2006.

DINIZ A. Revista Carta capital Edição 1289 de 2014 – Sorriso negro : Ivone Lara

DUTRA, Eduardo. Da Cerâmica Arqueológica Indígena à Cerâmica Artística Contemporânea: Uma Questão de Identidade Cultural na Formação e Ação dos Professores. Dissertação de Mestrado. UFSM – Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2005.

EAGLETON, T. **A Ideia de Cultura**. São Paulo: Editora Unesp. 2005 Educação patrimonial e Construção de identidades : Diálogos, Dilemas e Interfaces)- Rev.CPC. São Paulo nº 27 especial,P.133-148.

Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

FARIAS, et al. Feira do Quilombo Alto Santana : processos de criação em comunidade como forma de vida e empoderamento, **Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens** . Volume 06 - Número 02 – 2º Semestre – 2021.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus; EDUSP, 1995.

FLAUZINA, A; PIRES, T. **Políticas da Morte**: Covid-19 eos labirintos da cidade negra. Revista Brasileira de políticas Publicas, Brasilia ,V.10,nº 2 p.74-92,2020.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, S. **História oral**: possibilidades e procedimentos / Sônia Maria de Freitas. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GALLAIS, P. **Estevão Maria**. O apóstolo do Araguaia – Frei Gil Vilanova missionário dominicano. Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942.

GOIÁS , Lei Nº 354, DE 25 DE JULHO DE 2023 - Institui o dia municipal da mulher negra.

GOIÁS , Lei nº 25, de 20/11/2013- Institui dia municipal da Consciência negra.

GOIÁS, Lei nº 160, de 27/12/2017 nº 160, institui cotas de emprego para a população negra em concursos públicos.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.

GUIMARÃES. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. Ed. 34. 1999

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Tradução de Patrick Burglin. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005.

HALBAWACHS, M. **A memória coletiva**. Paris: Puf, 1968.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA .

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LE GOFF, Jacques: “Memória”. IN: **Memória–História**. Lisboa, Núcleo de Memória da PUC-Rio. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, [1984]. Enciclopédia. Einaudi. Vol 1. pp. 11-50.

LEÓN, M. “El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género”. **La Ventana**, no. 13, pp.94-106, 2001.

LOPES, D. Nayane Laylla. **Catálogo do Acervo Centro de Memórias do Poder Judiciário do estado de Goiás**, 2023

LEITE, I. **Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas Etnográfica**, Vol. IV, nº 2, 2000, p. 333 – 354.

LOIOLA, M. **Trajetórias para a liberdade: escravos e libertos na capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF-Expressões Acadêmicas, 2009.

MAGALHÃES, S. Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX. 2004.
Marinho, T. A.. (2017). TERRITORIALIDADE E CULTURA ENTRE OS KALUNGA: para além do culturalismo. **Caderno CRH**, 30(80), 353–370. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792017000200009>

MARINHO, T. A.. (2017). TERRITORIALIDADE E CULTURA ENTRE OS KALUNGA: para além do culturalismo. **Caderno CRH**, 30(80), 353–370. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792017000200009>

MARINHO, Thais. “FEMINISMOS DE TERREIROS” E PATRIARCADO NO BRASIL. **Revista Mosaico**, v. 16, p. 10-29, Goiânia, Editora da PUC Goiás, 2023.

MARQUES, S. Comunidades quilombolas e direitos sociais: modos de fazer, criar e viver. p. 42. In: PORTO, L; SALLES, J.; MARQUES, S.(Org.) **Memória dos povos do campo no Paraná**. Curitiba: ITCG, 2013.

MIGNOLO, W. **Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MINAYO, M. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2012.

MORAES, C. **Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na capital de Goiás (1736-1808)**. Goiânia: Funape, 2012.

MORALES, M. **Clássicos da História**: Pierre Nora 1ª edição. São Paulo Contentus, 2020

MOREIRA, O. NOTAS DE CAMPO SOBRE O TRABALHO DAS LAVADEIRAS NA CIDADE DE GOIÁS, **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 308-327, dezembro, 2022

MOURA, G. **Quilombos contemporâneos no Brasil**. In: CHAVES, R; SECCO, C. & MACÊDO, T. (Orgs.) **Brasil África: como se o mar fosse mentira**. São Paulo: Editora UNESP; Luanda, Angola: Chá de Caxinde, 2006, pp. 327-362.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. . São Paulo: Global. 2020

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTI, Alessandro (Alex). **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, M. **Kilombo e memória comunitária**: um estudo de caso. In: Estudos Afro-Asiáticos 6-7. Rio de Janeiro, CEEA/UCAM, 1982, pp.259-265.

NORA, P. **Entre memória e história**; a problemática dos lugares, São Paulo dez, 1993

NÓVOA, A. (org.). **Os Professores e sua Formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

OLIVEIRA, E. **O que é medicina popular**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, P. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2004

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Plano de Ação: Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos**. Brasília

Brasil, **Orientações Curriculares para a Educação Escolar Quilombola 2010**

PALACÍN, L. **História de Goiás**. 6ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

PALACÍN, L. **O século do ouro em Goiás : 1722- 1822 estruturas e conjuntos numa capitania de minas**. Goiania : UCG, 1994.

PAPALI, Maria Aparecida. **Escravos, Libertos e Órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)**. São Paulo: Annablume, 2003.. (MACHADO, 2016:334)

PINTO, P. **A semântica do Rio**, S/D

Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos / Ministério da Saúde, Secretaria de

Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. – 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2017.

PORTARIA Nº 281, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017, Fundação Cultural Palmares
Recomendação para Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular: Paris, 1989.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial: Paris, 2003

PORTARIA Nº 281, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017- certificação da comunidade remanescente de quilombo Alto Santana, cidade de Goiás.

Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) decreto de número 3551/ de 04/08 / 2000

PRADO, B. Patrimônio Inquirido Por uma história de memórias subterrâneas nos sertões de Goiás em 1930. **PPGHIS/UNB**, nº24 Brasília jan-jul 2014

RAMOS, A. **Introdução à psicologia social**. 4. ed. Santa Catarina: UFSC, 2003.

LIMA Carvalho Iury Igor e Raich Fonseca Celi Regina. Vivências nas margens: resistência do ofício das lavadeiras do Rio Acaru, Sobral- CE- Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 15, volume 01, p. 115-130, Jan/Jul/2021. ISSN: 1982-3800

ROTONDANO, Ricardo Oliveira. É preciso falar sobre etnia e raça: afirmando a diferença para construir a igualdade. Revista Culturas Jurídicas, v. 8, ahead of print, pp. 1-25, 2021.

ROCHA, Lorena Maria Magalhães; LIMA, Irenilda de Souza. A história do quilombo anunciado em seu tambor: a música da nação xambá... In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 11., 2011, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2011. p.1-13.

REVISTA Nós: Cultura , Estética e linguagens 2021.

Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012- Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Saberes e fazeres, v.1: modos de ver / coordenação do projeto Ana Paula Brandão. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006 116p.: il. Color. - (A cor da cultura).

SALES, Telma; FREITAS, Antonio (Org.). **História oral 1**: diálogos com a obra de Alessandro Portelli no Brasil. Sobral: SERTÃO CULT, 2021.

SANTOS, J. L. **O que é Cultura?** São Paulo: Brasiliense, 2005. 11ª reimpressão da 16ª edição, de 1996. Coleção Primeiros Passos.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P.(Org.). **A Escrita da história**: Novas Perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. Disponível em: . Acesso em: 03 abr. 2023.

SCOTT, J. (1988). Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press. ————. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99.

SILVA, G. & SILVA, V. Quilombos brasileiros: Alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. **Revista Mosaico**, 191-200, 2014.

SILVA, Martiniano José da. Sombra dos quilombos. Goiânia, Ed. Barão de Itararé. 1974.

SIMMEL e a Modernidade. Jessé Souza e Berthold Ötze (orgs.). 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

SOUZA, P; ARAÚJO, K. A. A mulher quilombola: da invisibilidade à necessidade de novas perspectivas econômicas. **Direitos, gênero e movimentos sociais II** [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFPB; – Florianópolis: CONPEDI, 2014.

TEDESCO, G. Do Lado de Lá e do Lado de Cá de Vila Boa de Goiás: fronteiras Culturais e Espaciais entre negros e brancos no século XIX In: **Anais do 4º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Curitiba: 2009.

TOLENTINO, A (org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Iphan, 2012. p. 22-29. (Caderno temático n. 2).

TOLENTINO, E. **Espaços que suscitam sonhos: narrativas de memórias e identidades no Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo**, 2016. 218 f. Dissertação, (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

TAMASO, I. **Em Nome do Patrimônio: representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Brasília, Universidade de Brasília, 2007.

VENTURA, D. **Monografia jurídica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

WERNECK, Mariza. (2010). “Livro das Noites”. *Cult, Resenhas*. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/livro-das-noites/>. Acesso em: 28/07/2024.

APÊNDICE A – Questionário de Entrevista.**ENTREVISTA – SABERES E FAZERES DE MULHERES DO QUILOMBO ALTO
SANTANA NA CIDADE DE GOIÁS: PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL**

Data ___/___/___ Idade _____ Estado Civil -----

Relações familiares

- 1- Você tem parentes na comunidade?
- 2- Pode me informar o grau de parentesco?
- 3- De que forma você conheceu a história da comunidade
- 4- Quem lhe contou?

Território, Trabalho e Territorialidade

- 5- Você faz algum trabalho utilizando as práticas culturais repassadas por seu antepassado? Qual?
- 6- Se não faz como você avalia os trabalhos realizados por outras mulheres utilizando as práticas culturais?

Auto definição e políticas públicas

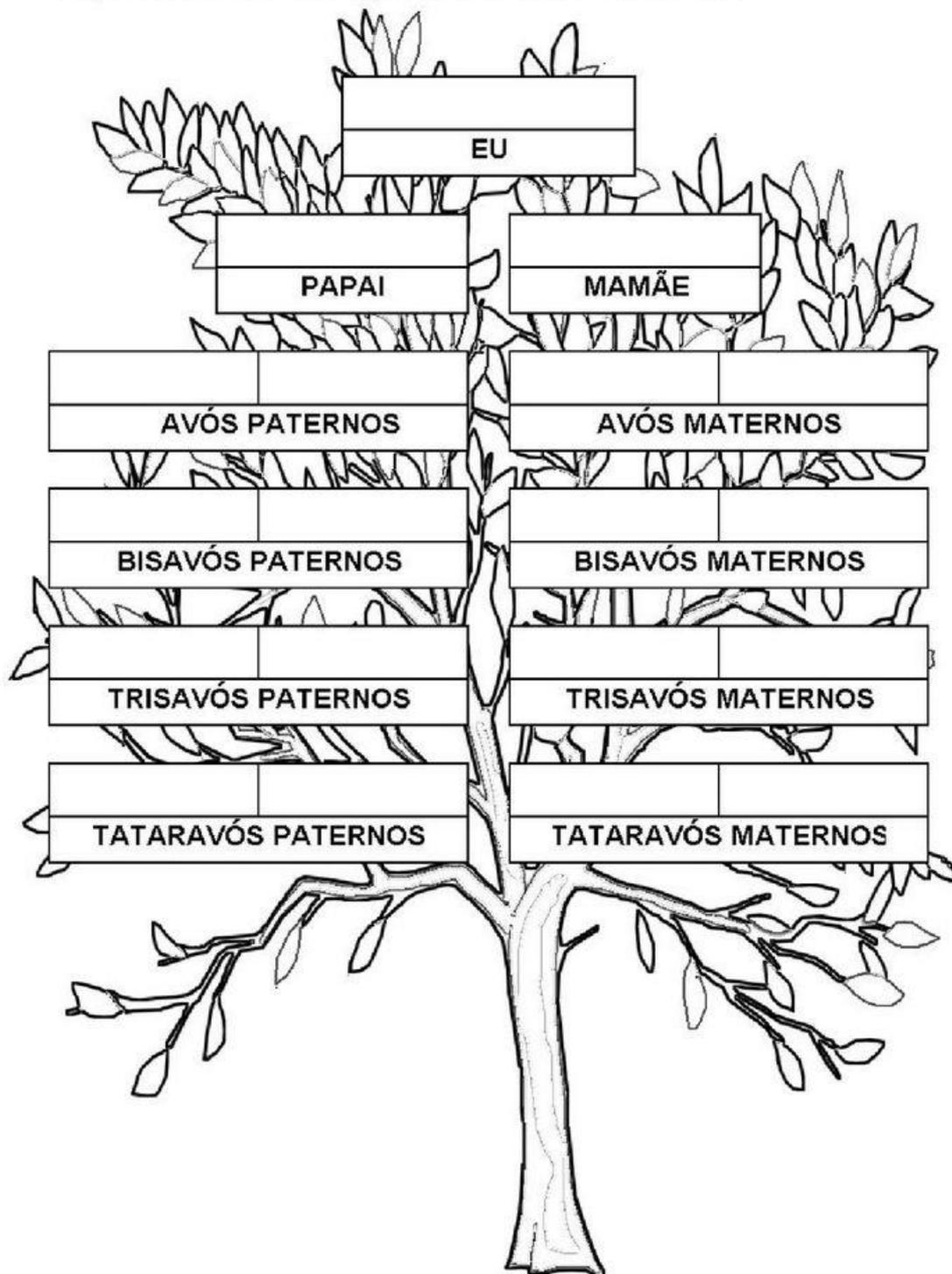
- 7- Você se auto define enquanto quilombola?
- 8- O que significa para você ser quilombola?
- 9- Você acredita que a condição de vida das mulheres desta comunidade melhorou após a certificação de 2017 até os dias atuais?
- 10- Você recebe algum auxílio do governo federal?**

APÊNDICE B – Árvore Genealógica.**Nome:** _____ **Data:** _____

Preencha a sua Árvore Genealógica.

Caso tenha dificuldade peça ajuda ao Papai ou Mamãe.

Depois Pinte os Galhos, Folhas e Tronco da Árvore.



ANEXO A – Lei Municipal que Institui o Feriado da Consciência Negra no Município.



LEI Nº 303, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CERTIDÃO

Certifico que este ato foi publicado
no placar Oficial do Município.

Goiás-GO, 15/12/2021

[Assinatura]
Sec. Adm. e Finanças

Dorival Salomé de Aquino
Secretário Municipal de
Administração e Finanças

Institui feriado municipal no dia 20 de novembro, data do aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e Dia Nacional da Consciência Negra.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÁS APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído como feriado municipal o dia 20 de novembro, data do aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e Dia Nacional da Consciência Negra.

Parágrafo único. A data fica incluída no calendário anual de eventos do Município de Goiás.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÁS/GO, 15 de dezembro de 2021.

[Assinatura]
ADERSON LIBERATO GOUVEA
Prefeito

Aderson Liberato Gouvea
Prefeito de Goiás

ANEXO B – Lei Municipal de Cotas para Concursos Públicos.



LEI Nº 160, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

CERTIDÃO
 Certificamos para os devidos fins que o presente ato foi devidamente publicado no Placar Oficial deste Município, Goiás-GO., em 27/12/2017.

Secretário de Administração

Edson de Oliveira Bastos
 Secretário Municipal de Administração e Finanças
 Goiás/GO.

Reserva aos negros vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos e processos seletivos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública municipal direta e indireta.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÁS APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam reservadas aos negros vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos e processos seletivos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública municipal direta, bem como das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pelo Município, na forma desta Lei.

§1º A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a três.

§2º Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).

§3º A reserva de vagas a candidatos negros constará expressamente dos editais dos concursos públicos e processos seletivos, que deverão especificar o total de vagas correspondentes à reserva para cada cargo ou emprego público oferecido.

Art. 2º Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público ou processo seletivo, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE.

Parágrafo único. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 3º Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

§ 1º Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do



ANEXO C – Lei Municipal que Institui o Dia Municipal da Mulher Negra.



Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 354, DE 25 DE JULHO DE 2023.

CERTIDÃO

Certifico que este ato foi publicado no placar Oficial do Município.

Goiás-GO, 25 / 07 / 2023



Sec. Adm. e Finanças

Dorival Salomé de Aquino
Sec. Mun. Adm. e Finanças e
Gestor do Município de Goiás-GO

“Institui o Dia Municipal da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha no Calendário Comemorativo do Município de Goiás e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÁS APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de junho.

Parágrafo único. A data fica incluída no Calendário Oficial do Município de Goiás.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÁS/GO, aos 25 dias do mês de julho do ano de 2023.


ADERSON LIBERATO GOUVEA
Prefeito

Aderson Liberato Gouvea
Prefeito de Goiás